CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Aline Maria da Conceição Vieira de Oliveira

A EVASÃO NO PROJETO JOVEM APRENDIZ: UM ESTUDO DE CASO EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS SOLUCIONANDO FATORES DE EVASÃO

Rio de Janeiro
2019

Aline Maria da Conceição Vieira de Oliveira

A Evasão no Projeto Jovem Aprendiz: Um Estudo de Caso em Novas Tecnologias Digitais Solucionando Fatores de Evasão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadores:
Professora Regina Célia Pereira de Moraes, Dsc
Professor André Cotelli, Msc

Rio de Janeiro
2019

O46e Oliveira, Aline Maria da Conceição Vieira de
A evasão no projeto jovem aprendiz: um estudo de caso em novas tecnologias digitais solucionando fatores de evasão/ Aline Maria da Conceição Vieira de Oliveira. – Rio de Janeiro, 2019.
84 f.

Orientador: Regina Célia Pereira de Moraes e André Cotelli do Espírito Santo
Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário Carioca, Rio de Janeiro, 2019.

1.Jovem aprendiz. 2. Evasão. 3. Interculturalidade. 4. Tecnologia digital. 5. Ciência. I. Moraes, Regina Célia Pereira de. II. Espírito Santo, André Cotelli do, prof. orient. III. Título.

CDD 371.344

Aline Maria da Conceição Vieira de Oliveira

A Evasão no Projeto Jovem Aprendiz: Um Estudo de Caso em Novas Tecnologias Digitais Solucionando Fatores de Evasão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Examinada por:

_____

Prof. Regina Celia Pereira de Moraes, DSc. – UniCarioca

(Orientador)

_____

Prof. Marcos Antonio Silva, MSc. – UniCarioca

(Membro Interno)

_____

Prof. Raphael Argento, DSc. - IFRJ

(Membro Externo)

Rio de Janeiro
2019

Dedico este trabalho a Deus por dar-me a oportunidade de realizar mais um sonho, pois sem Ele nada disso teria acontecido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus por me fortalecer a cada passo dado em direção a essa realização e por me dar condições de continuar até o fim.

Ao meu marido, pois em tudo que tenho feito tem sido meu incentivador, meu ajudador, meu suporte, meu porto seguro, meu motivador e meu grande e eterno amor.

Ao meu filho, pois ele quem me deu a ideia de fazer esse mestrado, especificamente.

À minha amada mãe por ser um exemplo de garra e determinação para mim.

Ao meu pai, minhas irmãs, meu cunhado Alexandre Roque e meus sobrinhos por me apoiarem sempre.

À minha amada e querida orientadora Regina Célia Pereira de Moraes que confiou em mim e embarcou comigo nessa linha de pesquisa. Por sua máxima dedicação, paciência incomum e atenção em cada detalhe, além das primorosas contribuições para a realização deste trabalho e para minha formação como mestre, cidadã e pessoa.

Ao meu orientador André Cotelli do Espírito Santo, por seu apoio no desenvolvimento do projeto tecnológico deste trabalho.

Ao aluno Luís Henrique de Castro Correa do NUCAP, pela dedicação, atenção e comprometimento no desenvolvimento do projeto tecnológico utilizado na presente pesquisa.

A todos os professores do mestrado que contribuíram para a minha formação.

Aos meus colegas de turma em especial à aluna Paloma Mendes Flores por todas as manhãs me acompanhar nessa jornada transformando-a ainda mais leve, feliz e animada. Aos demais colegas, pois juntos pudemos construir novos conhecimentos, novas amizades, novas experiências e o enriquecimento como pessoa e professora.

RESUMO

O presente trabalho aponta as principais causas do problema da evasão, propõe soluções que visam apoiar o Jovem Aprendiz em seu posto de trabalho, que possam integrar os agentes do projeto e minimizar a evasão. Assim, se apresenta neste trabalho um protótipo de tecnologia digital como uma hipótese para solucionar os fatores de evasão e ele ficará depositado na Plataforma Proximal. Na verdade, a tecnologia não evita a evasão, ela integra as informações e agentes envolvidos com o jovem aprendiz, trazendo soluções inovadoras ao projeto, que vão além de tratar a evasão do jovem aprendiz. Para que a tecnologia possa dar este salto de transferência de informação, elaborou-se um E-book com as fases da Metodologia criada na construção desta tecnologia como proposta de solução dos problemas de evasão. Tem-se como objetivo também que o E-Book possa inspirar outros professores e pesquisadores, até em outras aplicações metodológicas na área das novas tecnologias digitais em educação.

Palavra-chave: Jovem Aprendiz. Evasão. Interculturalidade. Tecnologia digital. Ciência

ABSTRACT

The present work has brought the main causes of the problem of evasion, proposes solutions that aim to support the young apprentice in his job and that can integrate the project agents and minimize evasion. Thus, this paper presents a prototype of digital technology as a hypothesis to solve the factors of evasion and it will be deposited in the Proximal platform. In fact, technology does not prevent evasion, it integrates the information and agents involved with the young apprentice, bringing innovative solutions to the project, which go beyond treating evasion of the young apprentice. In order for technology to take this leap forward, an E-book was created with the phases of the methodology that was created in the construction of this technology as a proposal to solve evasion problems. That the E-Book can inspire other teachers and researchers, even in other methodological applications in the area of new digital technologies in education.

Keywords: Young apprentice. Evasion. Interculturality. Digital technology. Science.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os mundos monocultural, multicultural e intercultural 28
Quadro 2 – Fases da metodologia 34
Quadro 3 – Perguntas da Pesquisa de Campo 41
Quadro 4 – Perguntas da Pesquisa de Campo 46
Quadro 5 – Perguntas da Pesquisa de Campo 46
Quadro 6 – Perguntas da Pesquisa de Campo 49
Quadro 7 – Perguntas da Pesquisa de Campo 49
Quadro 8 – Perguntas da Pesquisa de Campo 51
Quadro 9 – Perguntas da Pesquisa de Campo 51
Quadro 10 – Perguntas da Pesquisa de Campo 53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desenho do Fluxo de informação da escola 54
Tabela 2 – Desenho do Fluxo de informação da instituição qualificadora 54
Tabela 3 – Desenho do Fluxo de informação da empresa contratante 55
Tabela 4 – Desenho do Fluxo de informação da instituição fiscalizadora 55
Tabela 5 – Desenho do Fluxo de informação do jovem aprendiz 55
Tabela 6 – Desenho do Fluxo de informação da família 55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de escolarização 24
Figura 2 - Percentual de jovens que frequentam a escola por grupo de idade 25
Figura 3 - Distribuição em percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade 26
Figura 4 - Esquema com base na multiculturalidade 56
Figura 5 - Esquema com base na interculturalidade 57
Figura 6 - Tela de cadastro das instituições 59
Figura 7 - Tela da instituição qualificadora 60
Figura 8 - Tela da instituição empregadora 60
Figura 9 - Tela do jovem aprendiz 61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pergunta da Pesquisa de Campo 37
Gráfico 2 - Pergunta da Pesquisa de Campo 38
Gráfico 3 - Pergunta da Pesquisa de Campo 38
Gráfico 4 - Pergunta da Pesquisa de Campo 39
Gráfico 5 - Pergunta da Pesquisa de Campo 40
Gráfico 6 - Pergunta da Pesquisa de Campo 40
Gráfico 7 - Pergunta da Pesquisa de Campo 41
Gráfico 8 - Pergunta da Pesquisa de Campo 42
Gráfico 9 - Pergunta da Pesquisa de Campo 43
Gráfico 10 - Pergunta da Pesquisa de Campo 43
Gráfico 11 - Pergunta da Pesquisa de Campo 44
Gráfico 12 - Pergunta da Pesquisa de Campo 45
Gráfico 13 - Pergunta da Pesquisa de Campo 45
Gráfico 14 - Pergunta da Pesquisa de Campo 47
Gráfico 15 - Pergunta da Pesquisa de Campo 48
Gráfico 16 - Pergunta da Pesquisa de Campo 48
Gráfico 17 - Pergunta da Pesquisa de Campo 50
Gráfico 18 - Pergunta da Pesquisa de Campo 52
Gráfico 19 - Pergunta da Pesquisa de Campo 53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 OBJETIVOS 17
2.1 Geral 17
2.2. Específicos 17
3 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO 18
3.1 O Programa Jovem Aprendiz 18
3.2 O Ingresso no Programa do Jovem Aprendiz 20
3.3 Caracterizando a Evasão Escolar 21
3.4 A Integração entre Agentes no Projeto Jovem Aprendiz 27
3.5 A Tecnologia como Fator de Integração entre Agentes no Projeto Jovem Aprendiz .. 30
4 METODOLOGIA 33
4.1 Desenho da Pesquisa e Fases da Metodologia 34
5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 35
5.1 Seleção da Amostra da Pesquisa 35
5.2 Motivos da Evasão do Projeto Jovem Aprendiz - Coleta e Análise dos Dados Preliminares de Campo 37
5.3 Desenho do Fluxo de Informação entre os Agentes 54
5.4 A Integração dos Agentes no Projeto Jovem Aprendiz - Desenho do Modelo Conceitual dos Recursos Digitais 56
5.5 Projeto e Programação das Telas, Teste da Tecnologia e Disseminação da Metodologia no E-Book 59
6 CONCLUSÃO 63
REFERÊNCIAS 65
ANEXO A - Norma CONEP - Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 69

1 INTRODUÇÃO

A autora desse trabalho foi em um longo período instrutora e coordenadora do projeto Jovem Aprendiz em uma instituição qualificadora e, em seu ambiente de trabalho, sentiu a premência de problematizar os fatores da evasão do jovem aprendiz. O projeto de lei possibilita aos jovens experiências práticas em empresas que têm o dever de recebê-los e, dessa forma, adquirem a parte teórica em instituições de ensino profissional devidamente habilitada para o programa.

Debruçar sobre a problemática da evasão foi quase uma missão. Problematizar, pesquisar, investigar foram pontos basilares, progressivos e constantes na prática de trabalho da autora, em um trabalho recursivo que se repetia todos os dias e que proporcionou um conhecimento que não se aprende em escolas e nem se compra, mas que se adquire através da experiência. A evasão estava ali como uma presença na rede de agentes e foi uma das causas que a levou ao desenvolvimento deste trabalho, na busca de uma solução, uma hipótese, mesmo que provisória.

Segundo Leite (2016)

> Entender quais têm sido os fatores que motivam a evasão escolar dos alunos no curso, ou seja, verificar o que tem contribuído para o abandono escolar desses alunos, conhecer e analisar o Programa Jovem Aprendiz, dentro da instituição e a partir dos dados entender as razões que levam a evasão, propor sugestões a fim de tentar diminuir a evasão escolar.

A problemática que se apresenta nesse trabalho é da evasão dos jovens aprendizes do estado do Rio de Janeiro, que visa entender quais são as causas que os levam a abandonar o projeto, o que tem contribuído para essa desistência, conhecer ainda mais o programa, analisar os dados para dirimir as lacunas reais que levam esses jovens à evasão, pesquisar, analisar e propor soluções com o intuito de minimizar os índices apresentados.

Queremos ressaltar que a evasão do jovem neste projeto é algo contingencial, ou seja, vem fugindo ao controle, e ocorre de forma imprevista e inesperada. Esta pesquisa objetiva o aprofundamento teórico destas situações de evasão que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, e não serão revelados dados que possam identificar os sujeitos. Durante o desenvolvimento cotidiano de suas tarefas a autora percebeu que os laços entre instituições não se utilizavam da interculturalidade, ou seja, havia um pluralismo de culturas sem integração dos conhecimentos, sem conhecer as crenças e costumes

do outro para obter êxito comum ao protagonista do projeto “Os Jovens”. Percebeu-se que a multiculturalidade faz parte do cotidiano dos aprendizes. Cada agente neste projeto usa a sua cultura, mas ao não haver uma integração entre todos, os jovens não percebem a grandeza do projeto, suas dimensões educativas, culturais e sociais e não se sentem inseridos nesse processo.

Para Neri (2009), “grande parte da evidência empírica mostra que evasão e pobreza são intimamente ligadas e que a inserção ao ambiente de trabalho prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais”. Na infância, 100% das crianças estão inseridas na comunidade escolar, porém, quando chega a adolescência, é apresentada uma queda significativa nesse índice chegando a menos de 15%. Na idade adulta, a queda continua, pois nessa fase o indivíduo trabalha oito horas por dia e esse fato pode ser considerado um dos fatores que impossibilita a permanência nas salas de aula.

A população hoje tem colocado a educação em segundo plano, há uma necessidade de informar a importância de se educar e possibilitar que a informação obtida deve se transformar em decisões para que se mude o quadro de evasão.

Jacoby e Skoufias (1997 apud NERI, 2009), em um dos seus trabalhos de pesquisa, observam as reações das famílias aos choques de renda agregados e idiossincráticos, antecipados ou não antecipados. Os autores também revelam o uso predatório do tempo das crianças, estudando menos e trabalhando mais como forma de suavizar o impacto dos choques. Auxiliando na renda da família, essas crianças vão para o mercado de trabalho e deixam de estudar. Quando há constância na renda da família, há constância na educação. Os estudos feitos pelos autores têm por objetivo aumentar o tempo de permanência do indivíduo dentro da escola, assim diminuindo a evasão.

Considerando que a escola é o melhor lugar para o desenvolvimento de uma pessoa e analisando a Lei 10.097, conhecida como lei da aprendizagem, foi observado que as instituições de ensino regular não exercem um papel fundamental no projeto Jovem Aprendiz. Ou seja, não foi exposto na lei sua atuação de forma expressiva e fundamental. Ela precisa estar inserida no contexto como um pilar acolhedor e formador.

Candau (2012, p.183) diz que

> a opção por um currículo integrado ou por uma integração curricular é uma aposta importante e que me parece precisar mesmo ser feita, se desejamos reinventar a escola. Pelo menos me parece que precisamos nos movimentar no sentido de buscar uma integração curricular em todos os níveis – integração entre saberes, conhecimento e culturas, integração entre diversos campos disciplinares, integração de diferentes dispositivos pedagógicos e linguagens, integração de diferentes sujeitos. (CANDAU, 2012, p.183)

Nesse sentido, a integração entre a escola, a empresa e a instituição qualificadora poderá ser benéfica para o projeto. A escola precisa ser inserida efetivamente nas atividades e nas ações pedagógicas em favor da vida profissional dos jovens. Trabalhar por meio de experiências vividas na empresa e na instituição qualificadora e assim formar jovens autônomos, plenos de conhecimento ético e social, pois os jovens aprendem fazendo conexões entre os conhecimentos existentes e os que irão adquirir. Como relembra Fernandes (2011), o pesquisador norte-americano David Paul Ausubel dizia "...quanto mais sabemos, mais aprendemos".

O público que tem participado do projeto é formado por jovens que geralmente, não restritamente, tem o poder aquisitivo mais baixo, que não estão na série certa de acordo com a idade e fazem parte, em sua maioria, da escola pública.

No entendimento de Amorim (2009),

> os pressupostos universais a respeito da adolescência precisam ser questionados, pois torna-se necessário olhar os jovens a partir do momento cultural, social, econômico e histórico em que eles estão inseridos. Entender os jovens enquanto sujeito e construtores de sua própria história é possibilitar um olhar que permita enxergar a variabilidade destes sujeitos, e, portanto, a heterogeneidade. (AMORIM, 2009, p. 3)

Os jovens que participam desse projeto precisam ser vistos e revistos como na camada do processo, pois a fase de vida em que se encontram, seus anseios, sonhos e vontades precisam ser estudados. A grande maioria desses jovens aprendizes moram em bairros da periferia, em comunidades carentes e com índice alto de violência, o que facilita a desistência dos seus sonhos.

Fleuri (2003) diz que as comunidades das periferias não são movidas principalmente pelas suas carências. Para ele, a carência faz parte, mas a população tem sentimentos, planos e objetivos. Isso move as pessoas que vivem à margem da sociedade e as leva a transformação interior, mudando suas perspectivas, reavivando seus sonhos.

> [...] olhar as pessoas das comunidades de periferias não a partir de suas carências, mas da intensidade de seus sonhos, projetos e desejos que foi um dos mobilizadores da busca de outros referenciais para a pesquisa e

> para a transformação de educadores que levasse em conta a multiplicidade de culturas [...] (FLEURI, 2003, p. 88)

Fleuri (2003), ainda observa que a Declaração sobre raças e sobre preconceitos raciais da UNESCO compreende a educação intercultural como uma estrutura para a educação, para as comunidades multiculturais. A educação intercultural tem como aliada a escola de ensino regular, pois é nesse ambiente que acontece da melhor forma a integração da população. Ela é o lugar no qual essa integração ocorre de forma satisfatória.

Nesse sentido, surge uma pergunta “Como se dá a mediação do jovem aprendiz com as instituições qualificadoras, empresa e escola?”

Em função de tudo o que foi exposto, foi formulada uma hipótese ou crença: “A não interculturalidade entre as instituições fragiliza o aluno que não vê sentido em suas experiências no projeto Jovem Aprendiz e acredita-se que a tecnologia digital possa suprir essas lacunas.”

> [...] A educação intercultural perpassa a organização escolar, o tipo de relações humanas que existe entre os profissionais e os usuários da escola, o respeito a todas as pessoas que nela trabalham. Ou seja, trata-se de uma mudança de mentalidade, de transformação das formas de pensar, de sentir, de comportar-se em relação aos outros. É preciso considerar, além disso, que os alunos trazem para a escola e para as salas de aula um conjunto de significados, valores, crenças, modos de agir, resultante de aprendizagens informais, que muitos autores chamam de cultura paralela ou currículo extraescolar. [...] A organização escolar e os professores precisam saber como articular essas culturas, ajudar os alunos a fazerem as ligações entre a cultura elaborada e a sua cultura cotidiana, de modo que adquiram instrumentos conceituais, formas do pensar e de sentir, para interpretar a realidade e intervir nela. (LIBÂNEO, 2004, p.11)

A escola ainda não tem a visão de levar em consideração a cultura do cotidiano dos seus alunos. Se assim fizesse, estaria ligada aos trâmites da vida profissional dos seus jovens na faixa etária de 14 a 24 anos. Quanto conhecimento e quanta cultura se perdem quando calamos um jovem com suas experiências e vivências. O material humano que se encontra na escola é riquíssimo, porém o currículo formal da educação suprime o currículo formado e transformado com as ações da vida. A hipótese observada nos relatos dos jovens em conversas informais sobre a escola é que esta, desconhecendo as regras da lei da aprendizagem, não os reconhece como jovens trabalhadores em sua função de jovem aprendiz, pleiteando por uma vaga de primeiro emprego. Da mesma forma, acontece com a empresa que em muitos casos trata-os apenas como cota a ser cumprida para não ter que pagar

multas. Assim, a instituição qualificadora enxerga esses jovens como se fossem clientes que só dão despesas, que não trazem lucros para os cofres da instituição.

Tem-se notado que, por mais que o Governo Federal tenha elaborado uma legislação com normas e portarias para atender às necessidades dos jovens e adolescentes trabalhadores, o problema da evasão não é episódico. Percebeu-se que há uma densidade numérica razoável que se repete de forma progressiva e permanente, caracterizando rompimento. É preciso descobrir as causas do insucesso do projeto que, com recursos à disposição para criar postos de trabalho para jovens estudantes ou não estudantes, não consegue realizar o seu objetivo.

Neste azo, o projeto pretende relacionar conceitos e teorias sobre o assunto, cujo campo teórico não tem apresentado informações consolidadas sobre a retenção ou fuga de jovens em projetos de aprendizagem no ambiente laboral.

A universidade e professores têm interesse acadêmico em estudar o assunto, tendo em vista que o público alvo são jovens de idade entre 14 a 24 anos. Público este que precisa ser ouvido para que se possa entender as reais causas da evasão que vem sendo analisadas há cinco anos.

Convalidando essa crença, Illeris (2013), defende que

> é na experiência, na transação, que surgem dificuldades, e é com a experiência que os problemas são resolvidos pela investigação. A investigação (ou pensamento crítico e reflexivo) é um método experienciar, pelo qual é possível ter novas experiências não apenas pela ação, mas também usando ideias e conceitos, hipóteses e teorias como “ferramentas para pensar” de maneira instrumental. (ILLERIS 2013, p.92)

Será preciso coletar dados, analisá-los, realizar pesquisa que nos leve a informações sólidas sobre quem é este jovem e as causas do problema de evasão para que se possa elaborar mecanismos que integrem as organizações com a finalidade de que elas dialoguem entre si e façam fluir as informações facilitando assim, o acompanhamento do programa.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

- Identificar as causas do problema da evasão, propor soluções que visem apoiar o Jovem Aprendiz em seu posto de trabalho e que por meio de ferramentas digitais possam integrar os agentes do projeto e minimizar a evasão.

2.2. Específicos

- Identificar o perfil do jovem que vem se evadindo.
- Coletar e analisar os dados preliminares do campo.
- Identificar e analisar os papéis dos agentes sociais no processo de formação profissional e moral do Jovem Aprendiz.
- Identificar as soluções tecnológicas para solucionar os fatores de evasão.

3 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

3.1 O Programa Jovem Aprendiz

De acordo com a Lei da Aprendizagem, os jovens de 14 a 24 anos de idade incompletos podem fazer parte do projeto, bem como os jovens com deficiência em que a idade máxima exposta nesse parágrafo não se aplica a eles. Os jovens serão contratados diretamente pela empresa que tem a obrigatoriedade de ter uma cota de no mínimo 5% de jovens e no máximo 15% de trabalhadores existentes em cada estabelecimento. (BRASIL, 2000).

O Ministério do Trabalho elaborou o Manual da Aprendizagem que orienta sobre os direitos trabalhistas e previdenciários do jovem contratado, cabendo ao contratante, garantir que este tenha os mesmos direitos que qualquer outro trabalhador efetivado. Seu contrato é especial e tem o tempo determinado, não podendo ultrapassar dois anos de atividade laboral, sendo vedada sua renovação. O limite de dois anos não se aplica às pessoas que tenham deficiências, porém é permitida a contração do jovem na condição de funcionário. Deve conter no contrato de trabalho o nome do curso técnico-profissional, a jornada diária, a jornada de trabalho, remuneração mensal e as datas iniciais e de término do contrato. A carga horária de atividade laboral é de até seis horas por dia, vedada prorrogação, compensação de horas e horas extras. (MTE, 2014)

Ainda de acordo com o Art. 432 da Lei 10.097, o jovem que já terminou o ensino fundamental poderá ter uma carga horária de trabalho de até 8 horas/dia. Ele tem direito a curso técnico profissional compatível à atividade desempenhada na empresa oferecido pelo “sistema S” (SESI, SENAI, SENAC, SENAT, SESC etc.) ou por qualquer instituição qualificadora cadastrada. Esse jovem não pode trabalhar em ambientes que não possibilitem o desenvolvimento psíquico, físico, social e emocional.

Segundo a Instrução Normativa 146/2018, Art. 12:

> Nos estabelecimentos em que sejam desenvolvidas atividades em ambientes ou funções proibidas a menores de dezoito anos, devem ser contratados aprendizes na faixa etária entre dezoito e vinte e quatro anos ou aprendizes com deficiência maiores de dezoito anos. (BRASIL, 2018)

Ainda de acordo com essa instrução, a empresa pode contratar pessoas com deficiências e/ou jovens que tenham idade entre 18 a 24 anos que possam atuar nas funções em que os jovens menores são proibidos por lei. E podem ser contratados jovens com deficiências que são maiores, para exercer também as

funções que os menores não poderão. Caso a empresa opte em manter o jovem menor de dezoito para que ele exerça as funções que não podem por lei, o empregador deverá atestar com um parecer técnico circunstanciado, assinado por um profissional habilitado pela saúde e segurança no trabalho e apresentado para análise e aprovação do auditor fiscal do trabalho ou outro profissional que tem essa competência.

O citado manual da aprendizagem afirma que as microempresas, as empresas de pequeno porte, as denominadas simples e as empresas sem fins lucrativos que tenham como objetivo ensino profissional não tem obrigatoriedade de ter em seu quadro de funcionários jovens aprendizes.

O órgão fiscalizador do projeto que aplica as ações punitivas às empresas que estiverem em inobservância às normas e regras do programa é a Delegacia Regional do Trabalho. (MTE, 2014)

Souza (2016), apresenta um boletim de aprendizagem do Instituto Unibanco sobre quem são os jovens fora da escola, apontando:

> que o principal problema está na faixa etária de 15 a 17 anos, na qual, segundo o IBGE, há 1,7 milhão de jovens fora da escola, o equivalente a 16% dessa faixa etária. O documento apresenta também que da parcela de jovens que param de estudar precocemente um dos motivos significativos é a elevada taxa de gravidez entre adolescentes. E isso se torna mais preocupante quando o trabalho destaca que os homens tendem a evadir mais do que as mulheres, mas atenta que a gravidez precoce eleva em quase quatro vezes o risco de evasão, porém esse não é o principal motivo de evasão dos jovens a formação escolar, o estudo revela que a participação no mercado de trabalho é a maior causa entre os jovens de 15 a 17 anos fora da escola, quase dois terços deles trabalham ou estão procurando emprego. (SOUZA, 2016, p. 36)

Segundo o IBGE (2018), o mercado de trabalho tem sua qualificação com o nível abaixo do ideal, oportunizando aos jovens a ingressarem no mundo do trabalho mesmo não estando preparados academicamente, pois a escolaridade nem sempre está ligada ao nível de qualificação da ocupação.

> Em geral, a força de trabalho brasileira possui um baixo nível de instrução, uma vez que, em 2017, 43,2% dos ocupados não possuíam o ensino médio completo. [...] Esta condição de escolaridade impacta de forma diferenciada a inserção do trabalhador no mercado de trabalho de acordo com a atividade econômica. (IBGE, 2018, p. 27)

O programa busca preservar o estudo do jovem para que ele possa ter formação básica concluída ou em fase de conclusão, pois para ingressar no programa é necessário estar estudando ou ter concluído a educação básica.

As empresas precisam estar preparadas para receber esses jovens e os possibilitarem a ter experiências novas, agradáveis e de qualidade nesse novo ambiente, o de trabalho.

Segundo Martins (2009 apud SOUZA, 2016), investir na geração de oportunidades para a inserção e a permanência de nossos jovens no mercado de trabalho não é somente garantir melhorias na qualidade de vida, é acima de tudo, viabilizar condições para o desenvolvimento econômico e sustentável do país.

Para que o jovem permaneça no ambiente de trabalho, é necessário que ele adquira um nível de escolaridade maior, pois a pesquisa do IBGE 2018 revela que em momento de crise econômica as ocupações com o nível de escolaridade mais elevado foram menos afetadas.

> Os dados sugerem que as vagas que requerem maior qualificação tendem a ser mais preservadas em cenário de crise econômica, mas também que há mais pessoas escolarizadas ocupando vagas com pior remuneração. (IBGE 2018, p 33).

Portanto, o presente trabalho visa apontar soluções para diminuição da evasão dos jovens do Projeto Jovem Aprendiz, por meio de pesquisa e análises de dados que fundamentam o problema apresentado, bem como devem corroborar com o sucesso desse programa social.

3.2 O Ingresso no Programa do Jovem Aprendiz

Analisando as informações obtidas pelos agentes sociais/profissionais que compõem o projeto, entendemos que para ingressar no programa, o jovem deve procurar a empresa que tem vagas específicas do programa de aprendizagem. Em seguida, a empresa apresenta ao jovem como ocorrerá sua contratação, informa quais são os documentos necessários para a elaboração do contrato e qual instituição qualificadora fará seu curso. Inicialmente, os jovens ficam na instituição qualificadora aproximadamente 80 horas (sendo 4 horas por dia), em que são ministradas aulas por instrutores da área, utilizando temas relevantes como: Mercado de trabalho, Convivência, Relacionamento, Saúde, Direitos, Deveres, Drogas que é primordial a qualquer área de atuação. (SENAC, 2016)

A Pedagogia do Projeto Jovem Aprendiz pressupõe que as aulas dos cursos sejam organizadas em dois módulos. O primeiro módulo Básico comum a todas as áreas de atuação profissional, quer de Vendas, Supermercado, Administração, Turismo e Hotelaria, Informática, Lanchonete e Restaurante e Bar. O

segundo módulo é específico à área de atuação e ao ramo da empresa. (SENAC, 2016)

Na análise dos dados e das conversas, etapa da pesquisa preliminar, pode-se confirmar a problemática da evasão e da falta de integração das instituições por meio dos agentes sociais que atuam nas empresas empregadoras e qualificadoras e que integram o projeto, pois não existe uma metodologia interacional. Dessa forma, foram reiteradas algumas questões, que precisam ser investigadas: faixa etária dos jovens que evadem; se os jovens que se evadem estão regularmente matriculados em escola ou não estão matriculados; as narrativas das vidas; se há um fio comum a estas narrativas; se as partes têm conhecimento das problemáticas que os jovens vivem no seu cotidiano; se existe um agente (mentor) que acompanha de fato esses jovens no decorrer do programa; se a família tem sido de fato o agente auxiliador em suas questões pessoais, sociais, emocionais e profissionais.

Provavelmente, neste fio comum se encontram as razões da evasão, o porquê de um projeto que é baseado por uma lei federal não ter o sucesso esperado. Quando elucidadas essas questões, elas possivelmente apontarão para soluções que possam caminhar a passos largos para o sucesso do projeto.

A etapa preliminar de campo, ao confirmar a problemática e a falta de uma metodologia interacional, trouxe de forma mais clara a necessidade de se fazer uma pesquisa de campo para obter conhecimento, informações desse público, quais são suas dores, suas demandas, seus anseios, suas necessidades. Responder às questões aqui formuladas na pesquisa possibilitará a compreensão de quem é esse jovem, de quem é essa família.

Hoje, a comunicação é mais imediata, as informações chegam praticamente em tempo real. A tecnologia tem atravessado barreiras que não eram transponíveis algum tempo atrás. Assim, possibilitando a expansão de informações que trazem conhecimento, as famílias, os jovens e os agentes poderão se utilizar do programa Jovem Aprendiz a partir de um novo nível de interação propiciado pelas novas tecnologias digitais.

3.3 Caracterizando a Evasão Escolar

A evasão no programa jovem aprendiz tem vários fatores que serão levantados, investigados e pesquisados. O IBGE (2018) em sua pesquisa sobre a Síntese de indicadores sociais revela: uma análise das condições de vida da

população brasileira, observa que a gravidez precoce pode ser uma das causas da evasão do jovem no programa, talvez um dos maiores responsáveis pelo aumento do risco de evasão, em até quatro vezes o índice normal, dentre outros problemas que rodeiam o programa.

As pesquisas também indicam que um dos pontos determinantes da evasão é o próprio mercado de trabalho, que empurra o jovem para fora do programa e das salas de aula. O que acontece neste mundo do trabalho que provoca isto? Existem várias pesquisas, como nos indicadores sociais de 2018 e 2016 do IBGE, os congressos de educação, eventos de iniciação científica entre outros, que analisaram que este percentual de evasão é significativo. Porém, como o jovem fará parte do programa sem fazer parte do mercado de trabalho?

Essas pesquisas apontam também outros diversos fatores como conteúdo ministrado nas aulas, nível de ensino, nível de escolaridade dos professores que lecionam em nosso país, qualidade do ensino, formação continuada para os docentes, dentre outros.

Um outro aspecto muito observado e estudado é o perfil desse aluno que evade. Em que nível de escolaridade ele estava? Quais fatores colaboraram para que houvesse a evasão? São várias as lacunas sobre o tema. E por isso, vários pesquisadores estudam essa temática que aponta para a vida financeira desse aluno e sua família como um dos pontos de maior relevância. Mas não é só a vida financeira e a social que leva à evasão, a acadêmica entre outras também influencia para que ocorra a evasão.

Segundo o MEC (2014, apud FILHO; CARVALHO, 2018), a “evasão é a situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso.” O estudante simplesmente não comparece mais, abandona as salas de aula.

O MEC apresenta de forma bem clara o que significa a evasão, mas somente no papel, pois na realidade, no cotidiano, temos um número muito expressivo de jovens, crianças e adultos fora do sistema de ensino e sem o conhecimento inerente às séries de suas faixas etárias.

Diante do exposto, é de suma importância entender quais são as causas da evasão. O levantamento mais recente do IBGE, do ano de 2018 informa que apenas 6 entre 10 jovens na idade de 19 anos concluíram o ensino médio. O

restante desses jovens está fora da escola. E os alunos que pararam no ensino fundamental são espantosamente 55% do total desses jovens. (IBGE 2018)

Segundo Filho (apud OLIVEIRA 2018), diretor de políticas educacionais do projeto “Todos pela educação” que tem por objetivo fazer com que o Brasil bata a marca de 90% dos jovens com o ensino médio completo diminuindo drasticamente o índice de evasão:

> Falta muito para avançarmos e há um desafio para a educação básica como um todo. Muitos jovens estão fora da escola ou não se formam por causa da qualidade do ensino. Temos altos índices de reprovação e evasão escolar. Se o aluno avança de etapa sem uma base sólida e chega no ensino médio com déficit, ele é quase induzido a sair do sistema [de ensino]. (FILHO, apud OLIVEIRA, 2018)

É espantoso como hoje ainda temos esse tipo de problemas no nosso Sistema de Ensino.

Arroyo (2011, apud LIMA, 2017) afirma que

> Superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos e jovens evadidos ou excluídos da escola, antes de portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e a sobrevivência. (ARROYO, 2011 apud LIMA et al, 2017)

Os fatores básicos à vida têm aparecido como uma das maiores dificuldades encontradas pelos alunos em permanecer nas salas aulas. A evasão está presente em várias áreas da educação. Seja no ensino fundamental, seja no ensino médio ou na graduação, encontramos um índice alto de evasão.

Onde estão esses jovens? Provavelmente nas ruas, nas empresas. A maioria desses jovens estão ajudando suas famílias, procurando emprego precocemente. Aumentando os índices do trabalho infantil e até mesmo do trabalho escravo.

Para que fosse garantido aos jovens os estudos nessa fase da vida e que a inclusão no mercado de trabalho pudesse ocorrer auxiliando o mundo dos negócios a terem jovens com experiência profissional e boa conduta social, foi criada em 2000, a lei 10.097/00.

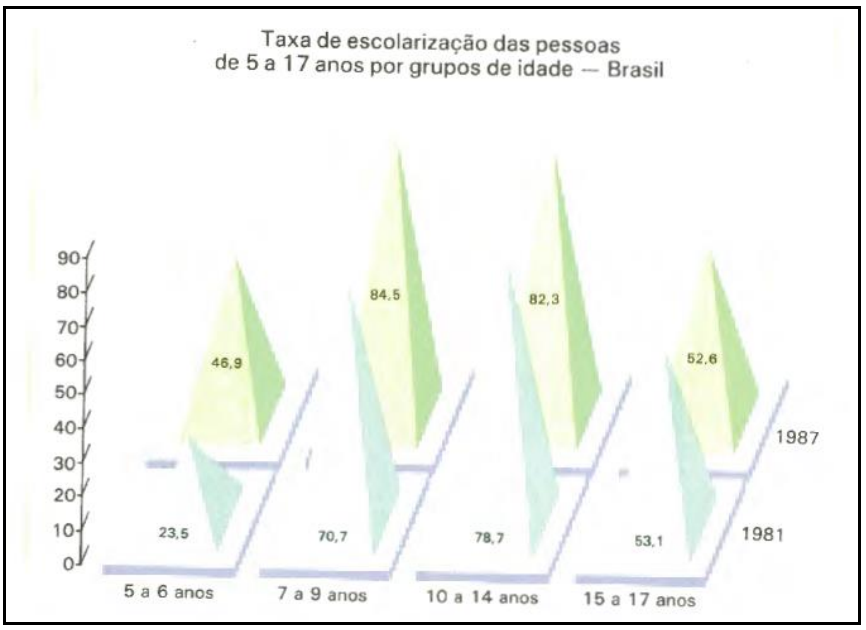
Na observação de Leite (2016)

> Esse programa tem a ação de capacitar jovens de baixa renda e incluí-los ao mercado de trabalho. Foi inaugurado pelo governo Federal em 2000, sendo assegurada pela Lei 10.097/2000 que determina a contratação de Jovem Aprendiz. A evasão escolar é um problema social e, portanto, deve se pensar em políticas públicas necessárias para o combate, como por

> exemplo, pode ser citado o Programa Bolsa Família que transfere recursos financeiros para que as crianças e adolescentes frequentem a escola. (LEITE, 2016)

Esse trabalho foi estruturado em pesquisas do IBGE que desde 1987 analisa os indicadores sociais da população brasileira. Nesse sentido, a evasão é um dos tópicos abordados e a pesquisa indica que os índices continuam crescendo. O Brasil tem graves problemas de fracasso escolar e há décadas analisa os dados de pesquisas com o objetivo de encontrar resultados satisfatórios. Nota-se que na década de 1880 os pesquisadores detectaram que esse fenômeno acontece oscilando de acordo com a faixa etária dos alunos. (IBGE, 1987)

Figura 1 – Taxa da escolarização das pessoas de 5 a 17 anos

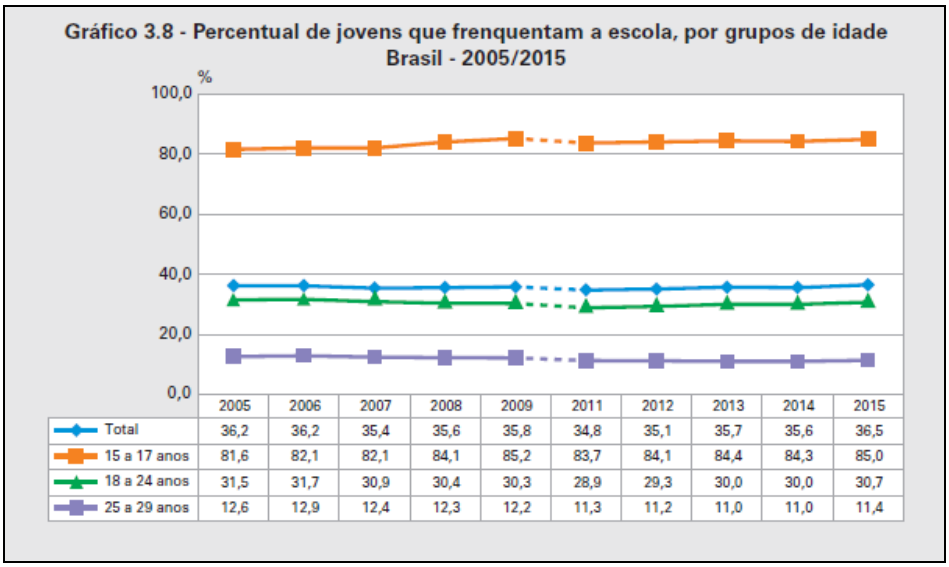


Fonte: IBGE 1987

Observando o gráfico acima, nota-se que na década de 80 o crescimento da evasão escolar ocorria de modo expressivo na faixa etária dos jovens de 15 a 17 anos de idade. De acordo com esse indicador social do IBGE, um dos motivos do aumento da evasão nessa faixa etária era a instabilidade financeira, com isso os jovens evadiam para poder auxiliar na renda familiar não conseguindo conciliar a escola com o trabalho.

Dados recentes desse mesmo órgão revelam que a evasão escolar nessa mesma faixa etária ainda é persistente, conforme figura 2, apesar de haver uma melhora significativa em comparação às décadas passadas. Contudo, é possível observar um alto índice de desistência da atividade acadêmica dos jovens entre 18 a 24 anos.

Figura 2 – Percentual de jovens que frequentam a escola por grupo de idade



	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Total	36,2	36,2	35,4	35,6	35,8	34,8	35,1	35,7	35,6	36,5
15 a 17 anos	81,6	82,1	82,1	84,1	85,2	83,7	84,1	84,4	84,3	85,0
18 a 24 anos	31,5	31,7	30,9	30,4	30,3	28,9	29,3	30,0	30,0	30,7
25 a 29 anos	12,6	12,9	12,4	12,3	12,2	11,3	11,2	11,0	11,0	11,4

Fonte: IBGE 2016

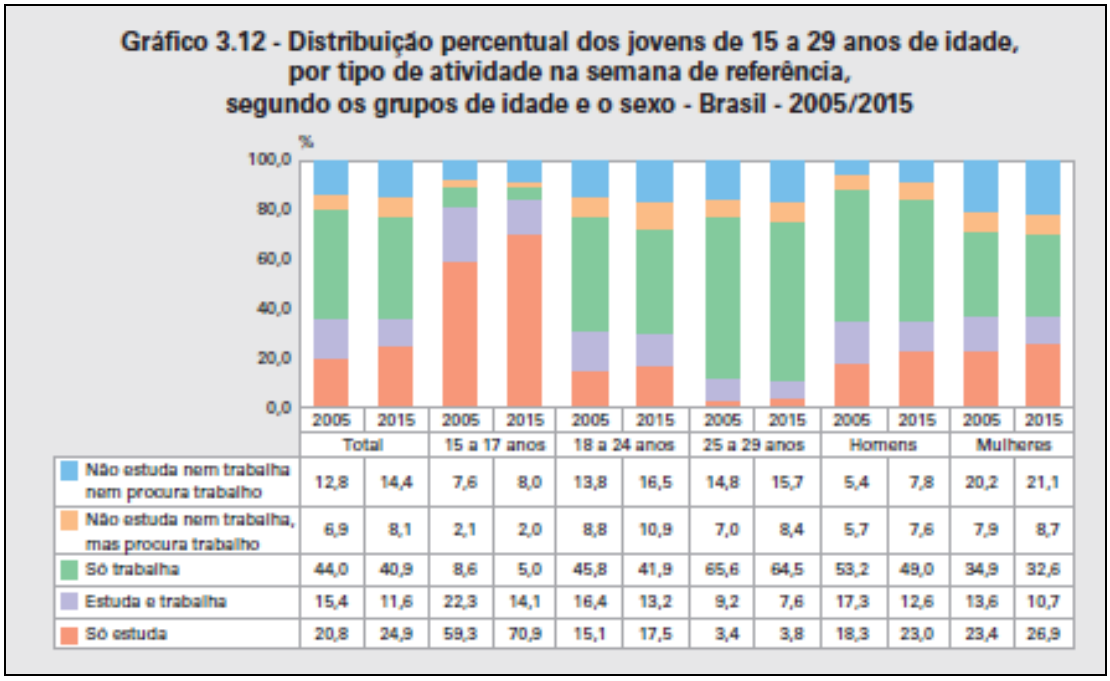
Para Gaioso (2005 apud BAGGI e LOPES, 2011), a evasão é um fenômeno social complexo definido como a interrupção no ciclo de estudo. Essa interrupção traz várias consequências às instituições de ensino nas áreas da economia, na área social e acadêmica. Diversas instituições de ensino sofrem com os índices altos da retirada precoce das salas de aula, porém, poucas têm um programa estruturado de combate à evasão, utilizando um planejamento bem elaborado, com análises de dados e ações preventivas.

Corroboram com esse entendimento Baggi e Lopes (2011), ao observarem duas faces distintas apresentadas pela evasão que

> são resultados da decisão do aluno ou de uma combinação de fatores sociais, econômicos e pessoais, quer seja a necessidade precoce de ingresso do aluno ao mercado de trabalho, ou as dificuldades encontradas em razão das condições desfavoráveis de currículo escolar, professores e organizações da escola. (BRAGA, 2003 apud BAGGI e LOPES, 2011)

Percebe-se então, que os jovens estão deixando as salas de aula de forma precoce para imergir no mercado de trabalho, buscando uma carga horária extensa para que possam aumentar a renda per capita de sua família. Assim, a formação acadêmica fica em segundo plano.

Figura 3 – Distribuição em percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade



	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015
	Total		15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos		Homens		Mulheres	
Não estuda nem trabalha nem procura trabalho	12,8	14,4	7,6	8,0	13,8	16,5	14,8	15,7	5,4	7,8	20,2	21,1
Não estuda nem trabalha, mas procura trabalho	6,9	8,1	2,1	2,0	8,8	10,9	7,0	8,4	5,7	7,6	7,9	8,7
Só trabalha	44,0	40,9	8,6	5,0	45,8	41,9	65,6	64,5	53,2	49,0	34,9	32,6
Estuda e trabalha	15,4	11,6	22,3	14,1	16,4	13,2	9,2	7,6	17,3	12,6	13,6	10,7
Só estuda	20,8	24,9	59,3	70,9	15,1	17,5	3,4	3,8	18,3	23,0	23,4	26,9

Fonte: IBGE 2016

A figura 3 apresenta um índice que revela a importância de estimular os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos a estudarem e aprenderem uma profissão, mas que não abandonem as salas de aula, pois é de lá que virá a sua qualificação profissional. Contudo, por mais que a ajudar a família possa ser algo nobre, não é isso que se espera de jovens nessa faixa etária.

A justificativa que é apresentada nesse trabalho é que tendo em vista os altos índices de evasão dos jovens no programa Jovem Aprendiz apontados nas pesquisas do IBGE, evidencia-se a necessidade de identificar as causas que levam a esse abandono para propor alternativas tecnológicas e metodológicas que auxiliem os agentes sociais que compõem esse projeto a terem em suas atividades, a integração necessária para que os jovens sejam assistidos. O objetivo é de que com essa integração, o projeto obtenha êxito em sua jornada possibilitando assim, a diminuição da vulnerabilidade social e o aumento de jovens concludentes do programa com maiores chances de permanência no mercado de trabalho. E dessa forma, impactar, positivamente, a vida desses estudantes, as famílias, o mercado de trabalho e a sociedade.

Assim, a interculturalidade terá possibilidades de transformar esse projeto social com índices preocupantes em um projeto de sucesso e notoriedade.

3.4 A Integração entre Agentes no Projeto Jovem Aprendiz

O conceito de multiculturalismo

> surgiu para dar conta das demandas dos novos movimentos sociais que, num mundo globalizado, percebiam não serem mais as questões socioeconômicas que guiavam o debate político, e sim as demandas por reconhecimento cultural e identitário [...]. Muito em voga no momento, tanto na esfera política como na própria esfera organizacional, a noção de multiculturalismo vai além das políticas identitárias, pois elabora as questões da diferença e da identidade sob a rubrica do 'reconhecimento' da diferença. (BARBOSA E VELOSO, 2007)

Existem vários agentes sociais que compõem este projeto, uma pluralidade de costumes e diferenças encontradas entre as partes dentro de um mesmo programa que não interagem cotidianamente denotando que o multiculturalismo, que é a base da interculturalidade, está presente como potencial de integração, de comunicação, de vivência e de troca de experiências entre estes agentes sociais. Neste sentido, é que as novas tecnologias digitais são um fator de interculturalidade para a troca de informações visando a interação.

Em observação aos dados obtidos na pesquisa preliminar, foi feita uma investigação para colher informações sobre os fatores que pudessem possibilitar a interação entre as partes envolvidas no programa e entender como está o estado da arte ao se juntar tecnologias digitais e jovem aprendiz, porém, não foi encontrado artigos, teses, dissertações sobre o tema abordado nesse capítulo.

Para Fleuri (2005 apud VASCONCELOS, 2016)

> O conceito de interculturalidade, usado para indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade ao contrário, "fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos.

A tecnologia como fator de interculturalidade une grupos de diversas culturas, integra as partes, provoca e estimula a convivência democrática e o enriquecimento conceitual de cada parte. A tecnologia digital neste projeto Jovem Aprendiz trabalha com este viés. A interculturalidade como aqui proposta, poderá transformar grupos culturais isolados em grupos de interação e integração. A falta da interculturalidade entre grupos que dividem o mesmo espaço, ou comungam os mesmos objetivos pode gerar exclusão, incompreensão, insensibilidade, intolerância, desigualdade, atitudes que não trazem benefícios à sociedade, e nem ao grupo.

Por esse motivo e buscando um viés de integração dos agentes do Projeto Jovem Aprendiz, é que se define a tecnologia digital como fator de interculturalidade.

Observe o quadro 1.

Quadro 1 – Os mundos monocultural, multicultural e intercultural

Monocultural	Multicultural	Intercultural
Desinformação	Informação	Comunicação/Diálogo
Expulsão/extermínio	Coexistência	Convivência
Desconhecimento	Conhecimento	Reconhecimento
Desigualdade	Diferença	Diversidade
Conquista	Território	Desterritorialização
Intolerância	Tolerância	Respeito
Conversão cultural	Culturalismo	Olhar multifatorial
Identidade unívoca	Reforço identitário	Identificações e mestiçagem
Estigmatização	Construção de alteridade	Descoberta de adescrições identitárias
Monolinguísmo		Multilinguísmo e língua comum

Fonte: (ANSINA, 2008, apud MOURA; FERRARI, 2015, p. 53)

O quadro 1 mostra quais são as características de um sistema intercultural. Ele se torna um sistema aberto, mas quando cada um possui um conhecimento fechado em si mesmo e não interage, não se comunica, pode ser um sinal de que ele está fragilizado em sua organização e o caos tende a se instalar na ausência de integração entre as partes envolvidas. Tendo como parâmetro de avaliação o quadro acima, pode-se afirmar que os agentes do projeto Jovem Aprendiz usam em sua metodologia de trabalho a multiculturalidade, pois conhecem profundamente os seus assuntos, as suas normas. No entanto, por não haver uma interação entre esses agentes pode-se afirmar que os laços institucionais entre eles

não denotam a interculturalidade, fragilizando o próprio projeto e a participação dos jovens no mundo do trabalho, em um momento tão delicado de suas vidas, que é o ritual da educação pelo trabalho.

É natural que a união dos agentes se faça com o reforço das identidades de cada um, ou seja, sem dar a possibilidade de se relacionar e conviver com as demais, é um pseudo pensamento que esgota o sistema. A interculturalidade como método de trabalho se abre para a comunicação, para o diálogo, respeitando as diferenças, se relacionando com elas e reconhecendo os valores, as qualidades, a vivência de cada um.

Segundo Vasconcelos (2016)

> O desenvolvimento das tecnologias de comunicações e as facilidades de deslocamento que permitem um aumento dos contatos de pessoas, ideias, bens e significados provocaram também um maior contato entre as diversas culturas. (VASCONCELOS, 2016).

A globalização e as tecnologias têm proporcionado o aumento de relações pessoais e sociais, favorecendo a troca de conhecimento entre muitas culturas diferentes. A tecnologia tem tido um papel notório para a interculturalidade, pois por meio dela as culturas se apresentam, se formam, se firmam e se afirmam. Sendo assim, elas poderão ser um fator de ligação, concatenação entre as partes envolvidas no processo de integração social.

Segundo Canclini (2004 apud VASCONCELOS, 2016)

> ao considerarmos a cultura como [...] o conjunto de processos através dos quais grupos expressam imaginariamente o social e estruturam as relações com outros grupos, marcando suas diferenças, verificamos que o fenômeno da globalização tem o efeito de evidenciar a diversidade cultural do mundo e apontar para a necessidade de diálogo entre estas diferentes civilizações. Ou seja, a globalização também pode ser considerada como uma complexa rede de projetos de sociedade e de diversidade de interesses traduzidos nas disputas das representações ideológicas, políticas e culturais que estão em curso atualmente.

A cultura, como diz Canclini, é formada por peças que fazem parte do cotidiano de um grupo e este se expressa apresentando seus valores e suas crenças. Essa unidade cultural vem com suas diferenças e com suas fronteiras e se apresenta a nós com essa visão de grupo e suas culturas, deixando claro que existe uma disputa de ideologia, uma falta de intentos coletivos.

Segundo Losso (2013)

> A identidade é entendida como fator de busca de valores e práticas sócio e historicamente determinadas de um dado grupo social, onde a cultura expressa ‘um conjunto de condições sociais de produções de sentidos e

> valores que ajudam na reprodução das relações entre os grupos, transformando e criando novos e outros sentidos e valores. (LOSSO, 2013, p. 32).

"Os jovens constroem sua identidade numa cultura moldada pela indústria da informação, de lazer e de consumo, em que tudo é imediato, veloz e ilimitado" (VILARINHO; FERREIRA, 2012, apud FIALHO; CAMPOS; VIEIRA, 2017). Eles ficam ligados à rede vinte e quatro horas por dia. Não é isso que queremos neste projeto. Precisa-se unificar as verdades, fortalecer as fraquezas, observar a cultura do outro e assim admitir os valores, a qualidade, a vivência, a experiência e as realizações, reverenciando a condição do outro. A identidade de cada grupo deve fornecer as possibilidades de conhecimento do outro e a amplitude de valores.

> O público jovem atual é uma geração conectada também por dispositivos móveis e utiliza 41% de banda larga móvel, ou seja, são jovens que necessariamente possuem computadores residências e acessos móveis, informações esta que pode ser revertida para a possibilidade e facilidade de acesso aos conteúdos educacionais, por isso também a necessidade de se formatar um aplicativo multifacetado, para que ele se adapte aos diversos aparelhos e sistemas operacionais. (FIALHO, CAMPOS, VIEIRA, 2017)

3.5 A Tecnologia como Fator de Integração entre Agentes no Projeto Jovem Aprendiz

Diante desse cenário, este estudo visa apresentar um aplicativo – uma tecnologia digital - que possibilitará a interculturalidade, hoje inexistente em um programa em que os jovens que o integram são totalmente conectados, que produzem e utilizam informações quase em tempo real.

A tecnologia possibilita suprir necessidades do projeto Jovem Aprendiz, pois ela fará um link para que as diferenças entre as partes seja um ponto forte na relação dos grupos e para que haja interação, aprendizado e unificação das culturas para o alcance de um objetivo maior.

Um ambiente virtual é um lugar propício para interação entre sujeitos. Fazendo que cada um tenha seu papel, sua função ressignificada. O jovem em relação ao outro torna-se um agente transformador e transformado. As competências gerais se realizam na interculturalidade e conseguem subtrair as distâncias existentes entre os agentes sociais e as diversas áreas que os compõem.

Segundo Falteri (1998, apud LOSSO, 2013), a intercultura se efetiva quando

> [...] são criadas as condições para a troca, quando são estabelecidas relações de reciprocidade, quando no reconhecer o 'outro' nos tornamos conscientes de nossa própria cultura. [...] Para que se realize o encontro, é

> necessário que estabeleça uma relação. (FALTERI, 1998, apud LOSSO, 2013, p. 33)

Essa relação recíproca realizará com sucesso a interculturalidade entre as partes, que virá por meio da tecnologia. Ela propiciará os encontros e, esses encontros tornará cada um consciente não só da importância da sua cultura, mas também da cultura do outro, pois haverá uma troca, uma interação, um enriquecimento cultural.

Segundo Lemos, Lévy, 2014 (apud BOECHAT, CABRAL, SOUZA, 2017)

> [...] os instrumentos do ciberespaço permitem a famílias dispersas, assim como às pessoas geograficamente afastadas do lar geográfico de sua comunidade nacional, manter contato estreito com seu grupo de pertencimento, principalmente com as novas tecnologias móveis (LEMOS, LÉVY, BOECHAT, 2014, apud BOECHAT, CABRAL, SOUZA, 2017).

Nesse projeto, um dos agentes é a família que precisa ser informada, empoderada, para poder atuar na vida dos jovens. À família cabe a proteção destes jovens. De acordo com Lemos, a tecnologia tem este papel no relacionamento. A relação que podemos encontrar nessa união poderá formar vínculos que possam perdurar e ultrapassar o tempo**,** unindo as famílias e seus jovens.

Esta tecnologia aqui proposta é aderente aos interesses do jovem aprendiz e segundo Lopes (2018)

> “há de se considerar a predileção das novas gerações quando se trata de recursos tecnológicos, pois não há como se negar a presença das novas tecnologias no dia a dia das pessoas, especialmente a Geração Y[1], tão familiarizada às constantes novidades eletrônicas”. (LOPES, 2018, p.18)

Observou-se que as tecnologias digitais propiciam a interculturalidade no projeto Jovem Aprendiz, auxiliando na problemática da evasão apresentada e fazendo um link para que o protagonista desse projeto, o jovem, tenha êxito e que a proposta do projeto possa ser cumprida como o esperado.

Dentro da variedade de ferramentas tecnológicas existentes, um aplicativo e um site são as melhores escolhas de ferramentas para que seja alcançada a integração entre os agentes envolvidos, pois é de fácil acesso, tanto

[1] Esta geração Y é Conhecida também pelo nome de Geração do Milênio**,** Geração Internet ou Digital, a Geração Y é constituída por pessoas que nasceram entre 1980 e 1990. As crianças da geração Y cresceram tendo o que muitos de seus pais não tiveram, como TV a cabo, videogames, computadores, vários tipos de jogos, e muito mais. Por terem esse contato todo com a tecnologia, acabaram ficando conhecidos por serem pessoas folgadas, distraídas, insubordinadas e superficiais, em sua grande parte.
https://www.significados.com.br

para dispositivo móvel como para PC e os envolvidos conhecem os procedimentos para baixar um App e utilizar um site. Nessa perspectiva, a tecnologia é aderente aos procedimentos do Projeto, visto que em todo momento os jovens conversam entre si nas redes sociais por meio de um App. Outra ferramenta poderia apresentar alguns problemas, como: não ter permissão no ambiente de trabalho, não ter acesso na rede da empresa, a dificuldade do responsável pelo jovem em poder instalar e utilizar uma outra ferramenta dificultaria o elo entre as partes.

4 METODOLOGIA

A Metodologia visou alcançar os objetivos que aqui foram propostos: identificar as causas do problema da evasão, propor soluções que visem apoiar o Jovem Aprendiz em seu posto de trabalho e que por meio de ferramentas digitais, integrem os agentes do projeto e minimizem a evasão. Utilizar-se-á como estratégia a pesquisa qualitativa.

Toda a Metodologia pautou-se em seguir a Resolução nº 510, de abril de 2016 norma CONEP Comitê de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (vide anexo A), com pesquisa que objetivou o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional. Trouxemos dados preliminares de campo sobre a evasão do jovem aprendiz, que se mostra imprevisível e ocorre de forma inesperada. Na Discussão e Análise buscaremos apresentar uma solução para lidar com esta contingência e apresentar ganhos para o projeto como um todo.

Utilizamos o método qualitativo que visa mais a subjetividade, pois os dados são mais complexos, o comportamento humano é observado, os sentimentos são colocados em consideração e as perguntas feitas propiciam a liberdade de expressão em que as respostas são ou podem ser carregadas de emoções. As perguntas são mais alinhadas para se obter um pouco além de um sim, não ou talvez. Dessa forma, é analisado através das respostas, o comportamento dos entrevistados, que é visto e muitas vezes, revisto.

A pesquisa qualitativa busca as minúcias, as regras e os detalhes sobre cada ponto a ser pesquisado. O superficial não pode fazer parte desse método, pois o aprofundamento é uma das principais características existentes nele.

Segundo Flick (2009, p. 20)

> A pesquisa qualitativa é de particular relevância aos estudos das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida. As expressões-chaves para essa pluralização são a ‘nova obscuridade’ (Habermas, 1996) a crescente individualização das formas de vida e dos padrões biográficos (Beck, 1992) e a dissolução de ‘velhas’ desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subcultura, estilos e nova forma de vida. Essa pluralização, exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. (FLICK, 2009, p. 20)

O presente trabalho preza abordar de forma integral tudo que foi exposto, apresentado nessa pesquisa, pois entende-se que cada informação aqui explanada é rica e tem valores a serem analisados. A pluralidade de informações enriquece o

trabalho e traz detalhes relevantes à sociedade acadêmica e a todos aqueles que debruçarem sobre esse trabalho. Com a análise dos dados coletados, poder-se-á chegar a uma percepção da realidade que envolve os aprendizes e os laços e desenlaces que os aproximam ou afastam do projeto e, desta forma, obter, resultados que poderão transformar-se em alternativas de solução.

Esse método foi escolhido por causa dos seus aspectos essenciais que nos propiciam a fazer a escolha assertiva do instrumento a ser utilizado, bem como discernir a variedade de aspectos que possivelmente sejam encontrados. Trazer sensibilidade nas reflexões e análises feitas nos dados e informações coletados e na pluralidade de questionamentos e estratégias existentes. A pesquisa foi elaborada de forma qualitativa e a mostra selecionada de respondentes participará de entrevista semiestruturada. O questionário utilizado nas entrevistas foi avaliado por pares, tendo em vista torná-lo um instrumento de pesquisa menos carregado das ideologias da autora deste trabalho.

4.1 Desenho da Pesquisa e Fases da Metodologia

Para se alcançar os objetivos a Metodologia valeu-se de cinco fases, que estão apresentadas abaixo.

Quadro 2 -Fases da metodologia

Problema	**Hipótese**	**Objetivo Geral O QUE?**	**Objetivos Específicos COMO?**	**Fases da Metodologia PARA QUÊ**
A evasão do jovem aprendiz	A não interculturalidade entre as instituições fragiliza o aluno que não vê sentido em suas experiências no projeto jovem aprendiz e acredita-se que a tecnologia digital possa suprir essas lacunas.	Identificar as causas do problema da evasão, propor soluções que visem apoiar o Jovem Aprendiz em seu posto de trabalho e que por meio de ferramentas digitais possam integrar os agentes do projeto e minimizar a evasão.	- Identificar o perfil do jovem que vem se evadindo - Coletar e Analisar dos dados preliminares do campo - Identificar e analisar os papéis dos agentes sociais no processo de formação profissional e moral do Jovem Aprendiz Identificar as soluções tecnológicas para solucionar os fatores de evasão.	- Selecionar da amostra da pesquisa - Apresentar os motivos que conduzem os alunos à evasão do projeto Jovem Aprendiz; - Estabelecer o Fluxo de informação entre agentes - Desenhar o Modelo Conceitual do Recurso Digital Desenvolver o projeto e a programação das telas, testar a tecnologia e disseminar a metodologia em E-book.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Seleção da Amostra da Pesquisa

Para identificar as causas da evasão foi preciso ouvir os jovens. Para obter as informações necessárias, foi elaborada uma etapa preliminar de campo com pessoas da instituição qualificadora que coordenam, apoiam e investem no programa com o objetivo de compreender com mais detalhes a problemática aqui descrita. Depois foi realizada uma convocação via WhatsApp, pois é o meio mais utilizado pela grande maioria, aos jovens egressos convidando-os a fazerem parte do projeto de pesquisa, trazendo ao grupo informações de como ocorrerá as etapas para participação da pesquisa, ressaltando que terão sigilo quanto a identidade e informações apresentadas.

Segundo o artigo 1º do inciso VII da normativa 510,

> Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Parágrafo Único. Não serão registrados nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP. [...] VII – pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito [...] (CNS 2016)

Foi informado aos jovens pelo App como procederia a pesquisa de campo com a utilização de um questionário disponibilizado no “Google Forms” contendo perguntas abertas e fechadas, de forma a permitir adentrar no universo relacional dos jovens aprendizes com as instituições que alicerçam o projeto.

A pesquisa foi apresentada aos jovens para que tivessem agilidade no processo e por eles já terem familiaridade com a internet e seus muitos recursos, pois quase todos possuem um dispositivo móvel. Visava-se extrair dados relativos à sua vivência no ambiente de trabalho, sobre sua família, sua concepção de vida, suas experiências com as instituições qualificadora e empregadora e, desta forma, analisar, destrinchar e elucidar as causas do problema de evasão.

Tendo em vista que o relatório do IBGE (2018) aponta para a evasão escolar de quase 68,8% na faixa etária de 18 a 24 anos, entre os jovens que “não estudam, nem trabalham, nem procuram emprego”, “Não estudam, nem trabalham, mas procuram emprego” e jovens “que só trabalham”, foi organizado um grupo de jovens egressos no aplicativo “WhatsApp” na faixa etária que é permitido no projeto, de 14 a 24 anos. Eles foram informados sobre as regras de participação da pesquisa

e via link receberam o endereço on-line do “Google Forms”. Após essa fase, foram observados os dados obtidos pelos participantes da pesquisa, elaborados gráficos demonstrativos dos resultados e análise minuciosa para distinguir quais pontos são relevantes indicados pelo resultado obtido.

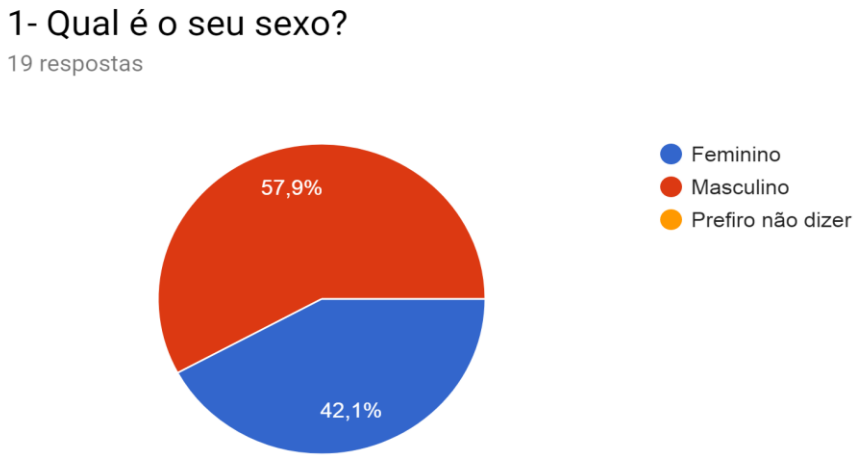
Espera-se que por meio das informações obtidas na pesquisa, gerar registros de dados e a partir desses registros, nortear as ações e possam propor a implementação de um modelo de trabalho que visa a interrelação entre as partes envolvidas no projeto Jovem Aprendiz a fim de que esse modelo leve à melhoria e à transformação nos processos do projeto de aprendizagem. Tendo como parâmetro a metodologia utilizada (pesquisa qualitativa), visa-se enriquecer a pesquisa, a investigação, e dessa forma, expandir o modelo de trabalho apresentado para outras entidades de educação, seja profissional ou não e impactar os grupos envolvidos, cidade do Rio de Janeiro e a sociedade, gradativamente.

Após o prazo pré-estabelecido para que os jovens respondessem as perguntas, foram feitas análises dos dados obtidos. A pesquisa foi apresentada e respondida por 19 jovens egressos do projeto. Eles têm idades variada entre 18 a 24 anos. Foram aplicadas 29 perguntas ao todo tendo questões de múltiplas escolhas e dissertativas.

5.2 Motivos da Evasão do Projeto Jovem Aprendiz - Coleta e Análise dos Dados Preliminares de Campo

Serão apresentados a seguir os gráficos e dados colhidos na pesquisa qualitativa com breve análise fazendo referência aos dados já obtidos por pesquisas feitas a instituições especialistas no tema.

Gráfico 1 – Pergunta da pesquisa de campo

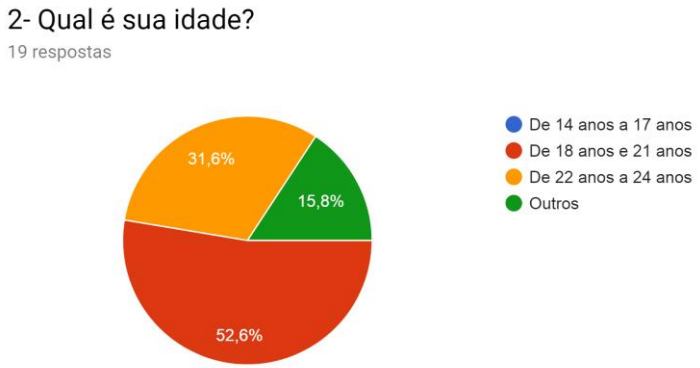


Este gráfico apresenta percentuais que certamente não são números apenas técnicos, eles evidenciam uma cultura nas empresas de maior ênfase na contratação de homens.

> Na corrida por um lugar ao sol, a mulher ainda enfrenta o preconceito entranhado na sociedade brasileira. Existe um glass ceiling, difícil de ser quebrado, reforçando a ideia de que a mulher deve ser passiva e submissa, visto que detém a missão de manter a estabilidade emocional da família. Além da nobre missão de reproduzir a espécie, à mulher competem os afazeres domésticos, além da manutenção do bem-estar dos membros da família. As atividades laborais são incentivadas como ajuda à renda familiar, desde que não inviabilizem as obrigações domésticas, inclusive a educação dos filhos. (GURGEL, 2013, p. 1)

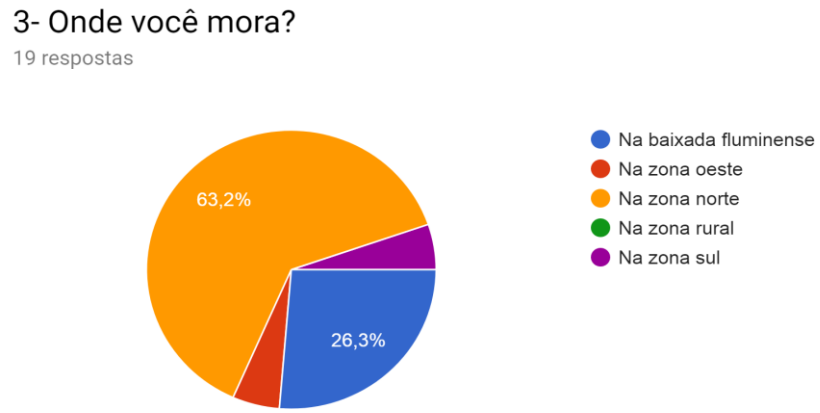
Percebeu-se durante o trabalho na empresa que esta realidade se lega aos episódios de gravidez, aleitamento materno e uma grande responsabilidade no deslocamento das crianças na fase infantil, seja para escola, médico ou outra atividade que requeiram a sua participação. Este é um traço comum a empresas de uma maneira geral, pois essa cultura ainda está muito enraizada na sociedade.

Gráfico 2 - Pergunta da pesquisa de campo



Pelo gradiente de idade aqui apresentado, nota-se que há uma distribuição como maior ênfase de 18 a 21 anos de idade, pois as crianças dependem muito das famílias para se deslocarem na ida e volta do trabalho e do curso. Este projeto como está estruturado em termos de tecnologias digitais, pretende dar a esses jovens de 18 a 21 anos de idade, mais do que uma possibilidade de se expressarem em termos daquilo que estão fazendo em seu dia-a-dia, como estão sendo tratados, permitindo às instituições um acompanhamento técnico afetivo e efetivo desses jovens.

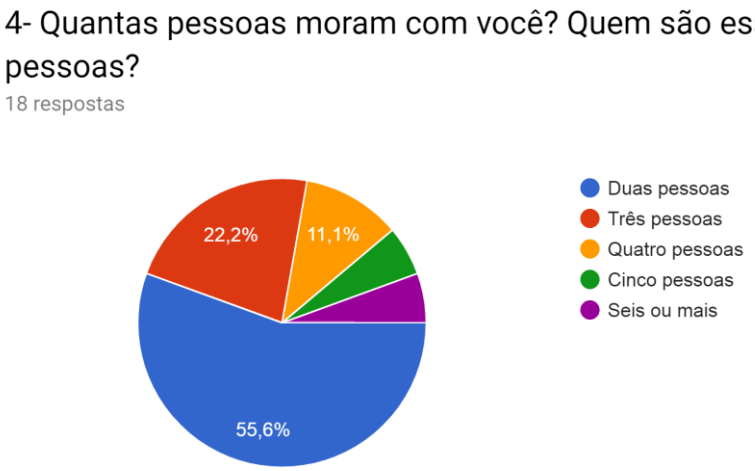
Gráfico 3 - Pergunta da pesquisa de campo



O local com o percentual com o índice maior foi a zona norte em que os bairros são distantes do centro da cidade dificultando assim, a locomoção dos jovens que trabalham no centro da cidade. O fluxo de trânsito para o centro da cidade é grande em quase todos os horários do dia no Estado do Rio de Janeiro. Quem trabalha no centro da cidade ou na zona sul tem muitas dificuldades de locomoção e o valor do seu vale transporte é elevado. Sabendo-se que algumas

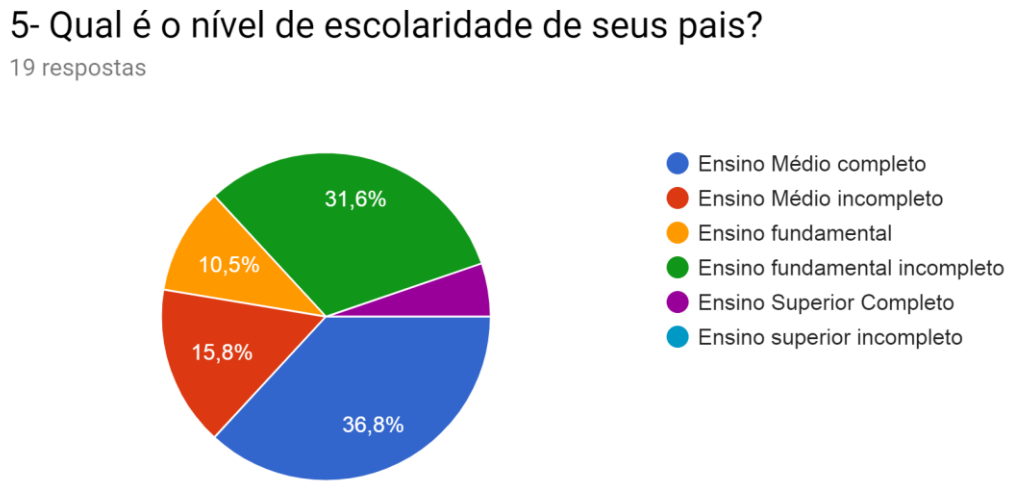
empresas só pagam uma passagem, pois mais de uma as onera demais com obrigações trabalhistas, o jovem demora muito a chegar ao trabalho, muitas vezes ocasionando atrasos e descontos, o que impacta negativamente sobre a permanência dele no projeto.

Gráfico 4 - Pergunta da pesquisa de campo



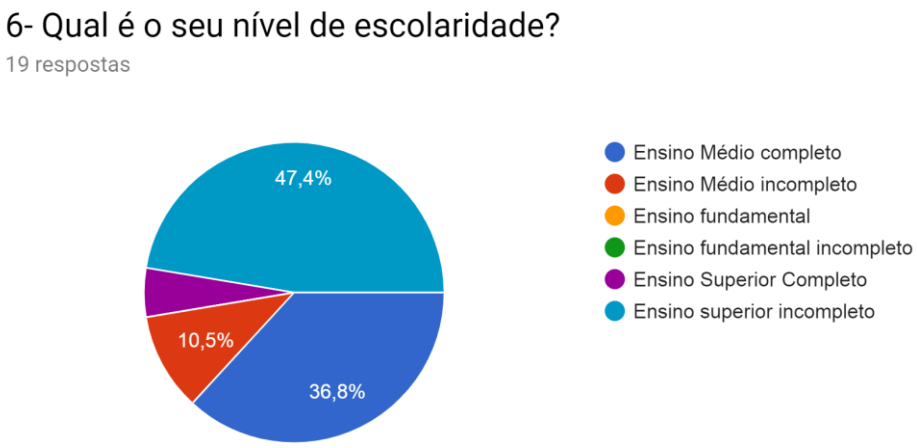
OS dados sobre a quantidade de pessoas que moram na residência dos jovens revelam que 56% dos jovens moram com duas pessoas em sua casa. Normalmente eles moram com os pais e irmãos ou com a sogra e a família do “namorado” ou da “namorada”. Saber quem de fato são essas pessoas não estava no escopo da pesquisa, assim não se aprofundou este tema.

Gráfico 5 - Pergunta da pesquisa de campo



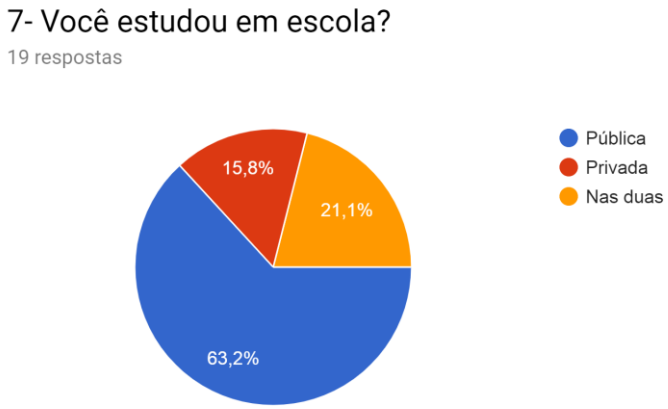
O nível de estudo do grupo de pais de 36,8% é um número positivo referente à situação dos estudos em nosso país. Por outro lado, 31,6% ainda se encontram fora das escolas, corroborando as informações de instituições como o IBGE, sobre a evasão escolar.

Gráfico 6 - Pergunta da pesquisa de campo



O nível de escolaridade dos jovens é um fator surpresa, mas nos deixa uma lacuna em aberto. Como o percentual de 47,4% esses jovens seguiram sua jornada de estudo e trabalho completando o ensino médio, pois para participar do projeto tem que estar estudando ou já ter concluído o ensino médio, porém boa parte dos jovens que concluíram o ensino médio não conseguiu concluir o ensino superior.

Gráfico 7 - Pergunta da pesquisa de campo



Pelo que observamos nas pesquisas que foram analisadas, o perfil do público alvo é realmente de jovens que estudaram em escolas públicas. Essas escolas aparecem para nós como agentes sociais que deveriam estar melhor conectados ao projeto Jovem Aprendiz, auxiliando na formação desses jovens e sendo um fio condutor de boas instruções e incentivos.

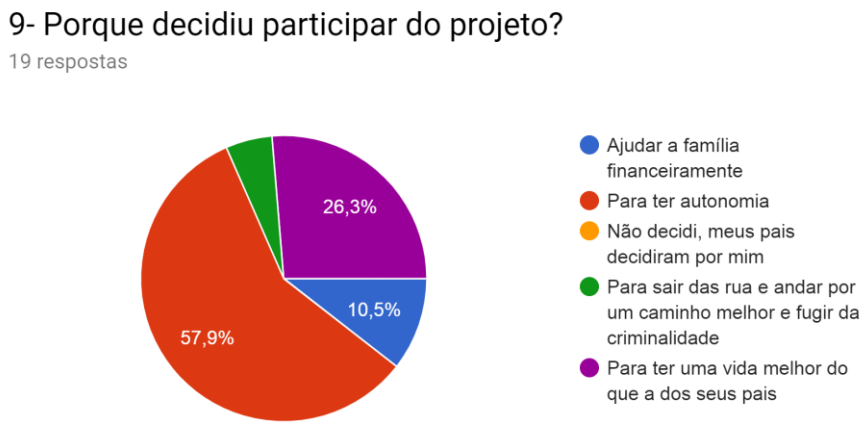
Quadro 3 - Pergunta da pesquisa de campo

8- Como conheceu o Projeto Jovem Aprendiz?
“Família”
“Pelo site”
“Internet”
“Através de amigos”
“Minha mãe”
“Pela empresa McDonald's”
“Rio Vagas”
“Pela minha escola”
“Pela televisão”
‘Através de uma amiga”
“Amigos”
“Empresa Rio drogs”
“Através de um curso que fiz no SENAC, o Portal do Futuro, onde lá tive o conhecimento de toda a equipe da instituição.”
“Através de amigo”
“Amigo”
“Rio Vagas”
‘Pela internet’

Os jovens de hoje são nativos digitais, analisando esse dado vimos que a melhor forma de alcançarmos esses jovens e fazer parte de seu nicho de comunicação é via internet ou pelo seu grupo de amigos. A internet e os amigos foram os meios mais utilizados para que as informações do projeto chegassem aos jovens. Os demais meios foram o mínimo citados por eles.

As tecnologias quando bem utilizadas, nos proporciona conhecimentos e experiências que farão parte das nossas vidas de forma positiva e prazerosa. A utilização delas hoje é inevitável, por isso é importante entendermos em quais situações podemos ser melhores utilizando esses instrumentos tão valiosos que toda a sociedade utiliza quase que ininterruptamente.

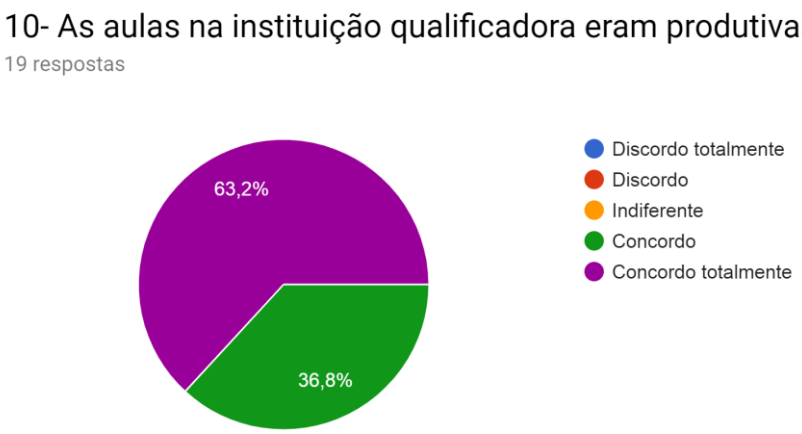
Gráfico 8 - Pergunta da pesquisa de campo



Segundo Bajoit e Franssen (1997, p. 1) “para numerosos jovens a experiência ou a inexperiência do mercado de trabalho constitui um momento decisivo da sua redefinição identitária. Quando perguntamos por qual motivo decidiu participar do projeto, quase 60% desses jovens nos diz que busca autonomia, liberdade. Aprofundando a pergunta, percebemos que o que ele quer é romper com pendências e crises, que vive em casa e desta forma buscar o que ele interpreta que seja a autonomia. Essa inexperiência ganha novos contornos no momento em que ele se coloca à diposição do programa, pois assim ele terá como errar, o que é normal, mas terá um motivo tangível e coerente, “*sou jovem aprendiz, estou aqui para aprender a lidar com o ambiente de trabalho*”.

Analisou-se que quase 26,5% dos jovens não querem ter a vida dos seus pais, querem, almejam uma vida melhor e o programa para muitos jovens é um divisor de águas, não só para sua vida, mas para toda uma família.

Gráfico 9 - Pergunta da pesquisa de campo



A instituição qualificadora busca reproduzir para os jovens como é o mercado de trabalho em sua área de atuação, por esse motivo 63,2% concordam totalmente que é proveitosa e produtiva. E quase 37% concordam com a produtividade dessas aulas.

Gráfico 10 - Pergunta da pesquisa de campo

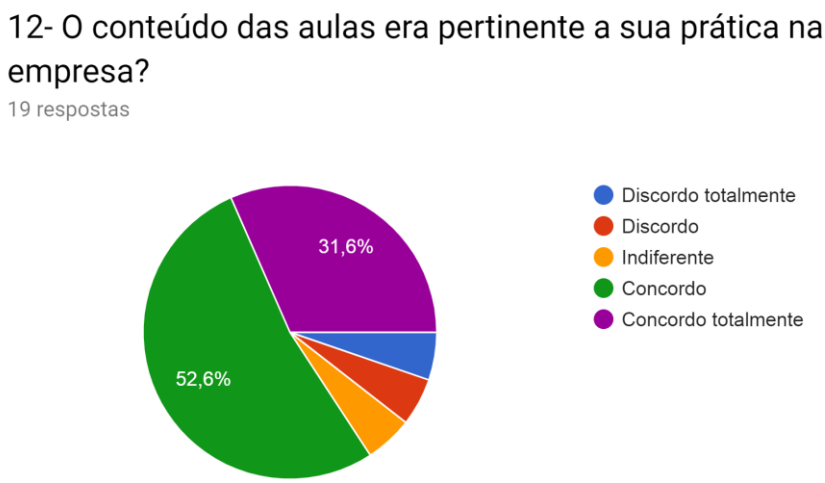


Para um jovem hoje assistir a uma aula com prazer pode significar que esse professor, educador ou instrutor, tenha buscado alcançá-lo por meio de ações pedagógicas que trazem significado à vida desse aluno, pois, como um elo dessa

cadeia que visa ser mais produtiva, é necessário também ao professor, aprimorar seus conhecimentos para que as aulas não sejam motivo de evasão escolar. Segundo Moran (2018, p. 1)

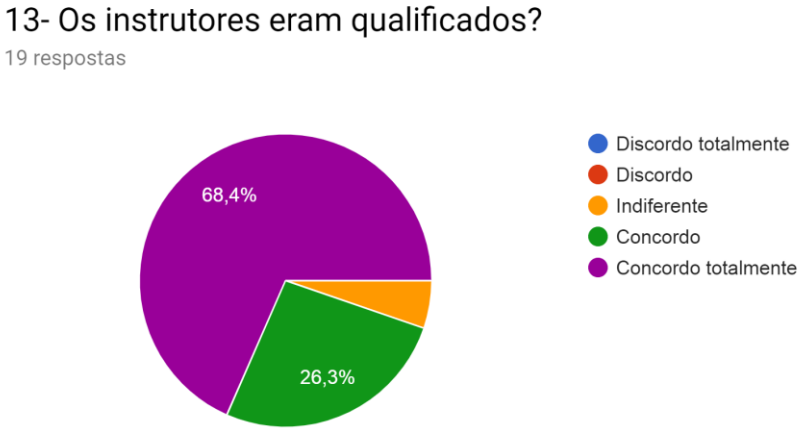
> [...] educadores com credibilidade e uma visão construtiva da vida contribuem muito para que os alunos se sintam motivados a continuar, a querer aprender, a aceitar se melhor. O educador é um ser complexo e limitado, mas sua postura pode contribuir para reforçar que vale a pena aprender, que a vida tem mais aspectos positivos que negativos, que o ser humano está evoluindo, que pode realizar se cada vez mais. Pode ser luz no meio de visões derrotistas, negativistas, muito enraizadas em sociedades dependentes como a nossa. Vejo hoje o educador como um orientador, um sinalizador de possibilidades onde ele também está envolvido, onde ele se coloca como um dos exemplos das contradições e da capacidade de superação que todos possuem. (MORAN 2018, p. 1)

Gráfico 11 - Pergunta da pesquisa de campo



O conteúdo do curso foi pensado para atender as necessidades pessoais, sociais e profissionais do jovem. Os assuntos abordados na parte prática são atuais e polêmicos como por exemplo: mercado de trabalho, ética, hospitalidade, o bom atendimento, hierarquia entre outos assuntos que são abordados no módulo específico do curso. Quanto ao módulo que discorre sobre a atuação no ambiente de atividades laborais. 52,6% dos jovens concordam que o conteúdo é pertinente, pois quando estão na empresa lembram do que foi debatido no curso e colocam o que aprendeu em prática.

Gráfico 12 - Pergunta da pesquisa de campo

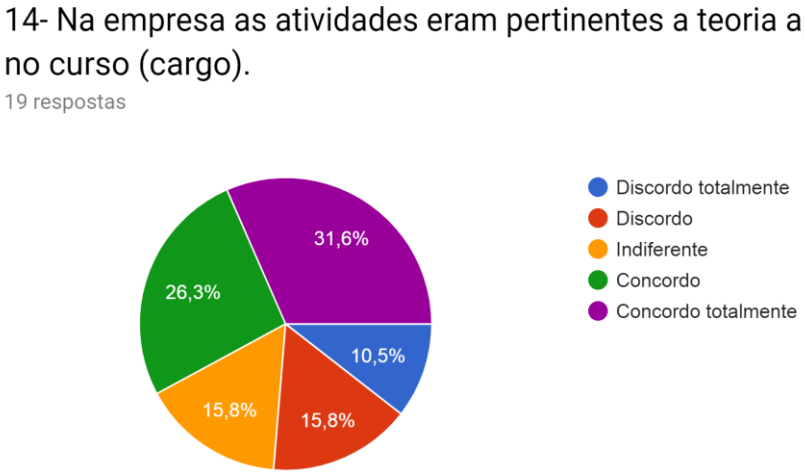


Quase 70% dos jovens os avaliaram como profissionais preparados para transmitirem os conhecimentos pertinentes à área de atuação do seu curso. O tempo de experiência gradua o professor a buscar o melhor, segundo Moran (2018, p. 1).

> O educador é especialista em conhecimento, em aprendizagem. Como especialista, espera se que ao longo dos anos aprenda a ser um profissional equilibrado, experiente, evoluído; que construa sua identidade pacientemente, equilibrando o intelectual, o emocional, o ético, o pedagógico. O educador pode ser testemunha viva da aprendizagem continuada. Testemunho impresso na sua pele e personalidade de que evolui, aprende, se humaniza, se torna uma pessoa mais aberta, acolhedora, compreensiva. (MORAN 2018, p. 1)

Essas qualidades transformam a vida do aluno e do profissional que as possui.

Gráfico 13 - Pergunta da pesquisa de campo



Nesse gráfico observamos que existe um conflito de informações, evidencia-se que a prática não condiz com a teoria. Esse fator é bastante relevante, pois se é ensinado com destreza o ofício que não irá praticar, o desconforto e os conflitos começam a surgir. Ideal seria que as partes pudessem se comunicar para que essa problemática fosse sanada.

Quadro 4 - Pergunta da pesquisa de campo

15-As aulas no curso agregavam valor para sua vida profissional. Quais?
“Eficácia”
“Pontualidade, vocabulário, seriedade e profissionalismo”.
“Todas foram utilizadas na minha vida profissional”.
“Sim, aprendemos a lidar com muitas coisas.”
‘A convivência no meio profissional e as dicas para ser um trabalhador melhor”
“Responsabilidade”
“Sim, hospitalidade”
“Sim, pois aprendi muito mais que pensei que poderia atender, aprendi além de ser um profissional melhor ser um ser melhor...”
“Sim, principalmente o autocontrole e paciência.”
“Conhecimento”
“Sim. Tive um melhor desempenho com as pessoas ao meu redor”

Agregar valor na vida profissional do jovem é um dos objetivos do curso, por isso estão ali, para aprenderem como lidar com diversas situações não somente no ambiente de trabalho, mas na vida. São sonhos e esperanças que estão em jogo e não podemos brincar com situações tão desafiantes como essas. Ali podemos levantar uma família inteira ou desesperançá-la de vez. Formar um profissional de excelência é formar uma pessoa mais completa eticamente. Essas características não estão desassociadas elas andam juntas e transformam sonhos em realidades, esperanças em certezas.

Quadro 5 - Pergunta da pesquisa de campo

16- Por quais motivos você faltava ao projeto (curso/empresa)?16 respostas
“Não faltava”
“Doença”
“Por desmotivação”
“Vários motivos”
“Quando tinha que ir ao médico.”
“Doença”

“Todas as vezes por atestado”
“Às vezes que faltava era por problemas familiares que afetaram meu emocional”
“Irresistível”
“Tive poucas faltas, apenas a ausência em caso médico.”
“Nenhuma”
“Não faltava”
“Pelo fato de ter muitas pessoas que moravam em comunidade bastante pesada e ele ma deixavam transparecer uma certa “marra” pelo fato de morar lá, mas depois que eu que peguei intimidade com alguns isso mudou.”
“Pra namorar”
“Quando ficava doente”

O motivo doença foi o que teve maior relevância nesse item, pois sabemos que a saúde está em crise no Estado do Rio de Janeiro, atrapalhando o desenvolvimento do jovem no projeto. A violência não foi um fator dominante para que os jovens faltassem, mas é uma realidade que vemos nas mídias todos os dias. A desestrutura familiar também é um fator com pouca relevância apontada nessa pesquisa, porém sabemos que o fator financeiro, de moradia e saúde são pontos significativos.

Gráfico 14 - Pergunta da pesquisa de campo



A legislação é bem clara quando apresenta o que os jovens podem ou não fazer. Com a entrada em vigor da Instrução Normativa nº 146/2018, fica ainda mais determinado em quais atividades cada jovem pode atuar de acordo com sua idade.

Gráfico 15 - Pergunta da pesquisa de campo



Mas de 70% dos jovens concordam totalmente ou concordam que seus colegas de trabalho os viam como aprendizes. Esse conhecimento ou reconhecimento se dá pela popularidade do projeto. Muitos conhecem o projeto e algumas das suas especificidades, pois elas são faladas e cobradas dentro das empresas.

Gráfico 16 - Pergunta da pesquisa de campo



Quase 80% dos jovens moram distantes do trabalho. Dificultando a locomoção e obrigando os jovens a saírem muito cedo de casa, ou da escola para poderem cumprir com suas obrigações no trabalho. Nesse momento, a escola deveria ser um agente integrador auxiliando os jovens a cumprirem com seu duplo papel.

Quadro 6 - Pergunta da pesquisa de campo

21- Quais motivos te fizeram pensar em desistir do projeto?15 respostas

“Nenhum”
“Falta de incentivo familiar”
“Longo tempo de trajeto”
“Não desisti acabei o contrato”
“Nunca pensei”
“O cansaço, mesmo sendo poucas horas de trabalho era bem puxado...”
“Distância”
“A supervisora”
“Não desisti”.
“A remuneração”
“Nenhum.”

A maioria dos jovens não apresentaram motivos que pudessem fazê-los desistir, mas aqueles que pensaram em desistir foram por motivos sérios como a distância, o cansaço, falta de incentivo entre outros. Esses motivos poderiam ser solucionados com a integração entre os agentes sociais que fazem parte tão efetiva no projeto.

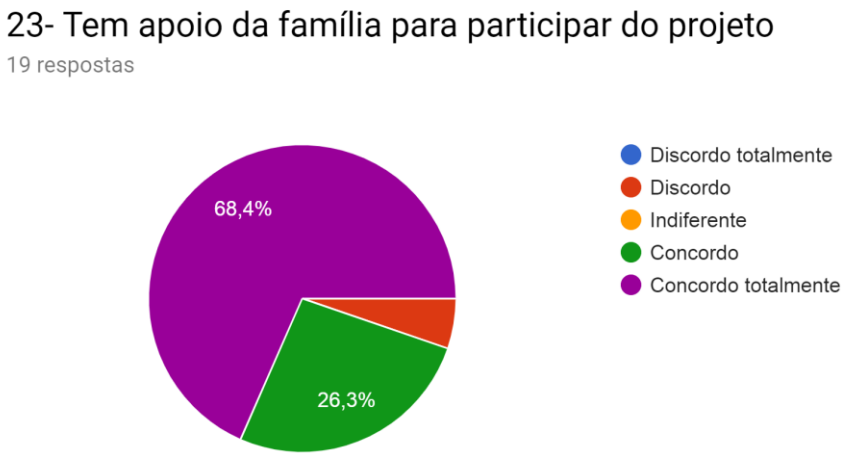
Quadro 7 - Pergunta da pesquisa de campo

22- O que acontecia em seu convívio diário na empresa que te fizesse pensar em desistir do projeto?

“ser ridicularizado por ser jovem aprendiz”
“Ser tratado diferente dos outros funcionários”
Nada
“Nenhum”
“Chacota por ser menor aprendiz”
“Ter um gerente soberbo.”
“Não pensei em desistir em momento algum, por tanto que acabei voltando pra empresa”
“As piadinhas por ser jovem aprendiz e não poder efetuar certas atividades...”
“Foi difícil quando terminou o contrato, eu não queria sair mesmo. Mas nesse contexto eu desistiria se alguém tentasse me sabotar em algo que eu estaria fazendo.”
“Distância desgastante”
“Nada”
“Baixa remuneração”
“A desmotivação dos funcionários”
“Os clientes”

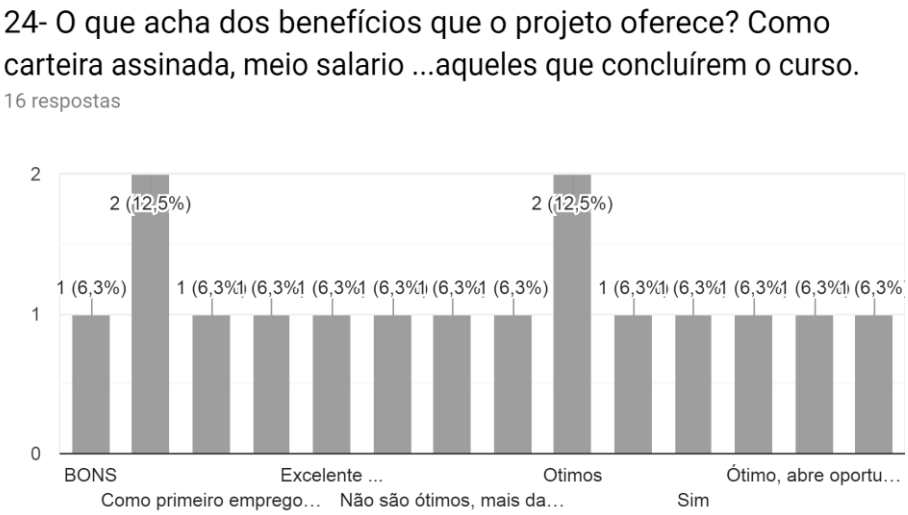
O dia a dia de trabalho é bem estressante, principalmente para jovens que a todo momento precisam ser motivados, ouvidos e compreendidos. Trabalhar ouvindo brincadeirinhas de mal gosto de seu colega de trabalho, por você ser jovem aprendiz e, por lei, não poder exercer algumas atividades, ser sabotado por seus colegas só para que você seja prejudicado. São muitos motivos que até mesmo um adulto talvez não suportaria também. A informação e a orientação são fundamentais no ambiente de trabalho. E com as ferramentas digitais em uso essas situações poderão ser tratadas, acompanhadas, minimizadas.

Gráfico 17 - Pergunta da pesquisa de campo



Grande parte dos jovens recebem o apoio desse agente social que o conhece muito bem e é um parceiro em potencial para que o projeto caminhe bem e com qualidade. Quando a família está por perto e acompanha esse jovem ele se sente mais seguro e confiante e essas características são como alimento para o seu desenvolvimento.

Quadro 8 - Pergunta da pesquisa de campo



A maioria acha que os benefícios oferecidos pelo projeto como bolsa de 50% nos cursos da instituição qualificadora, incluindo curso de graduação, carteira assinada, meio salário mínimo, quatro horas de atividades laborais e vale transporte são excelentes, pois os estimulam ao estudo, auxiliam para contribuição do INSS e os ajudam no dia a dia no decorrer do projeto. Muitos não têm condições de arcar com os custos de uma graduação, por exemplo, necessitando dessa forma, de políticas públicas que incentivem as empresas participantes do programa a prover esses benefícios. Como integrantes do projeto, eles ainda passam a ter acesso ao uso do SESC com atendimento odontológico e atividades esportivas e culturais.

Quadro 9 – Pergunta da pesquisa de campo

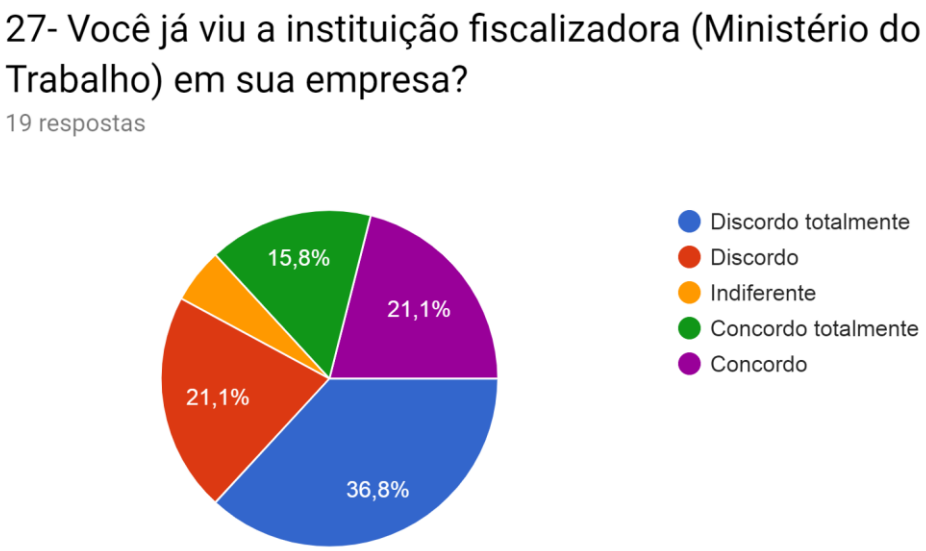
25- Como acha que o projeto poderia ser melhor conduzido?

“Não sei”
“Ddd”
“Com a aproximação da instituição de ensino com a empresa”.
“Talvez com mais aulas práticas”.
“Tendo aulas online”
“Quanto ao curso creio que tudo era 100%, já na empresa deveria haver mais fiscalização mais cobrança, as pessoas acham que por ser jovem aprendiz e está iniciando agora devemos ouvir e ficar calados, têm que ter um pouco de paciência pois estamos aprendendo, nada é do dia pra noite.”
“Sendo um pouco Mais divulgado!”
“Com uma maior troca de informações e diálogos, até mesmo feedbacks para o aluno.”
“Aumento de salário e mais benefício”

“Por mais aulas práticas na cozinha. Por mais apresentações e degustações no curso”.

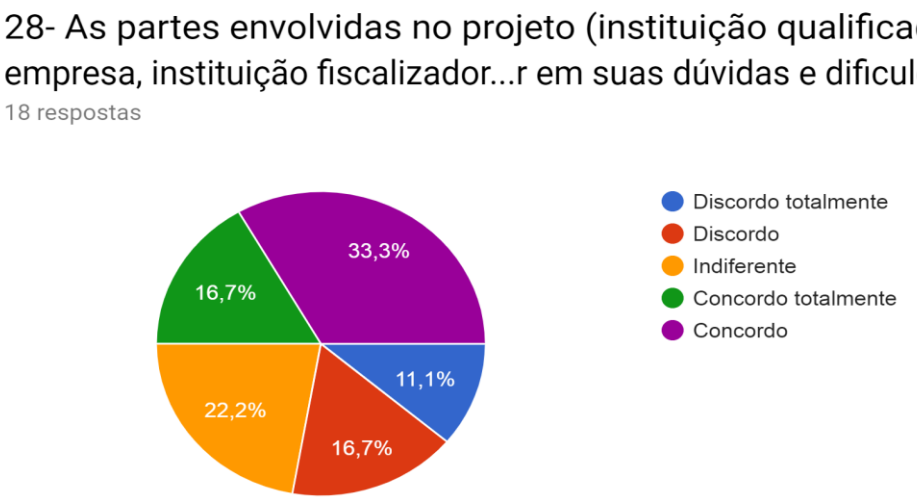
Foram apresentados pelos jovens vários fatores que poderiam melhorar o projeto. Todos esses fatores melhorariam os procedimentos e processos dentro do projeto.

Gráfico 18 – Pergunta da pesquisa de campo



Quase 60% dos jovens não vêem a instituição fiscalizadora atuando em prol do cumprimento legal do projeto. A fiscalização efetiva inibe o mau funcionamento do projeto, pois algumas instituições empregadoras ainda não conhecem efetivamente o caminho a ser traçado com os jovens. Essa falta de conhecimento se dá muitas vezes, pela troca excessiva do profissional responsável por essa ação dentro da empresa. Assim, essas visitas seriam essenciais para que todos ou quase todos os envolvidos direta ou endiretamente no projeto dentro da empresa cumprissem o que a lei determina.

Gráfico 19 – Pergunta da pesquisa de campo



O apoio aos jovens acontece dentro do projeto, pois quase 50% dos entrevistados concordam ou concordam totalmente que os agentes sociais se posicionam com um agente orientador auxiliando os aprendizes em suas dúvidas e dificuldades.

Quadro 10 - Pergunta da pesquisa de campo

29- Em sua opinião o que fazem os jovens a saírem do projeto?
“Ddd”
“Pouco apoio (familiar ou da instituição) e trabalhos não pertinentes a sua função”
“Salário baixo e desestímulo por parte das empresas”
“Não sei”
“Às vezes nas empresas eles destratam muito do jovem aprendiz, e isso causa desinteresse”.
“Desmotivação da empresa, falta de reconhecimento”
“Não tem nem motivos, os instrutores e coordenadores da instituição nos apoiam / aconselham em muitas coisas”
“Muitos saem não por conta do curso, muita das vezes pela empresa, lá é exaustante, puxado e às vezes somos tratados te má forma”
“Com uma visão melhor do futuro e do que irá investir pra sua futura carreira profissional”.
“Não se identificarem com a área”
“Creio que a localidade ...pois o projeto em si e ótimo”
“Talvez o modo como o tratam na empresa e os benefícios que não tem”
“Baixa remuneração”
“Salário benefícios e pouca jornada trabalhada.”
“Por falta de interesse da parte deles.”

A maior parte dos jovens relacionam a desistência do programa a pontos a serem resolvidos da instituição empregadora. Muitas questões precisam ainda ser alinhadas dentro do projeto, pois temos vários agentes sociais que não conversam entre si possibilitando falhas no processo. Processos esses que farão a vida útil do projeto aumentar. A desinformação e a falta de interação têm causado grandes estragos em um projeto que beneficiará toda uma sociedade. Olhar para dentro fará com que falhas sejam vistas e revistas no projeto.

5.3 Desenho do Fluxo de Informação entre os Agentes

Abaixo serão apresentadas as funções de cada agente no aplicativo. Assim, poderá ocorrer a interculturalidade pois, as diversas culturas irão se encontrar e conviverão entre si propiciando diálogo crescimento e amadurecimento. O respeito será notório porque cada parte será respeitada e apresentará sua vivência e sua realidade. Cada componente, parte do projeto, saberá como irá atuar com o aplicativo em uso. Abaixo estão os fluxos de informação entre os agentes:

Tabela 1 - A escola

A ESCOLA	**Deve fornecer dados**	**Pode receber/ ou ter acesso de informações como**
- Comunicação direta com instituições parceiras - Comunicação com responsáveis - Comunicação com os jovens	**Frequência irregular** (para instituição qualificadora, órgão fiscalizador e empresa, percepção de possível evasão, abandono ou intermitência).	**Ocorrências dos alunos** (da instituição qualificadora, do órgão fiscalizador; empresa) - **Relatórios** das instituições parceiras; -**Comunicação** com A família; - **Frequência** (da instituição qualificadora, da empresa)

Tabela 2 - A instituição qualificadora

A INSTITUIÇÃO QUALIFICADORA	**Deve fornecer dados**	**Pode receber/ ou ter acesso de informações como**
- Comunicação com instituições parceiras - Comunicação com responsáveis - Comunicação com o jovem - Relatórios para enviar às instituições parceiras - Sinalização às instituições parceiras	- Frequência e faltas (ao órgão fiscalizador, ao responsável e empresa) - Rendimento escolar (ao órgão fiscalizador, ao responsável e empresa) - Acompanhamento individualizado, por turma (Início e término do curso) - Ocorrências dos alunos	- Ocorrências dos alunos (da empresa/ pode ter acesso as ocorrências da escola e da empresa contratante) - Relatórios das instituições parceiras -Sinalização às instituições parceiras -Frequência (da escola, da empresa)

Tabela 3 - A empresa contratante

EMPRESA CONTRATANTE (laboral)	**Deve fornecer dados**	**Pode receber/ ou ter acesso de informações como**
- Comunicação direta com instituições parceiras - Relatórios das instituições parceiras - Sinalização às instituições parceiras - Comunicação com responsáveis - Comunicação com o jovem	- Faltas e frequências (Para instituição qualificadora, órgão fiscalizador e responsável) Rendimento e comportamento laboral - Capacidade de aplicar conhecimentos aprendidos - Informações sobre a legislação trabalhista	- Relatórios das instituições parceiras - Sinalização às instituições parceiras

Tabela 4 - A instituição fiscalizadora

INSTITUIÇÃO FISCALIZADORA (MINISTÉRIO DO TRABALHO) Intervenção interativa antes da presencial Atingimento de cotas do programa (visualização do cumprimento de cotas). Pode ver dados e informações enviadas.	**Deve fornecer dados**	**Pode receber/ ou ter acesso de informações como**
	- Informações sobre a legislação trabalhista - Apoio ao jovem e aos responsáveis	- Relatórios das instituições parceiras - Gráficos de monitoramento das atividades laborais e empresas - Diário de bordo do jovem

Tabela 5 - O jovem aprendiz

JOVEM APRENDIZ	**Pode receber/ ou ter acesso a informações**
- Comunicação direta com instituições parceiras - Diário de bordo - Solicitações as instituições (ad empresa laboral) - Tirar dúvidas em geral (da instituição qualificadora, órgão fiscalizador e empresa)	- Frequências e faltas (da instituição qualificadora, órgão fiscalizador e empresa) -Rendimento e comportamento laboral (da empresa) - Capacidade de aplicar conhecimentos aprendidos - Início e término do curso - Informações sobre a legislação trabalhista - Rendimento escolar

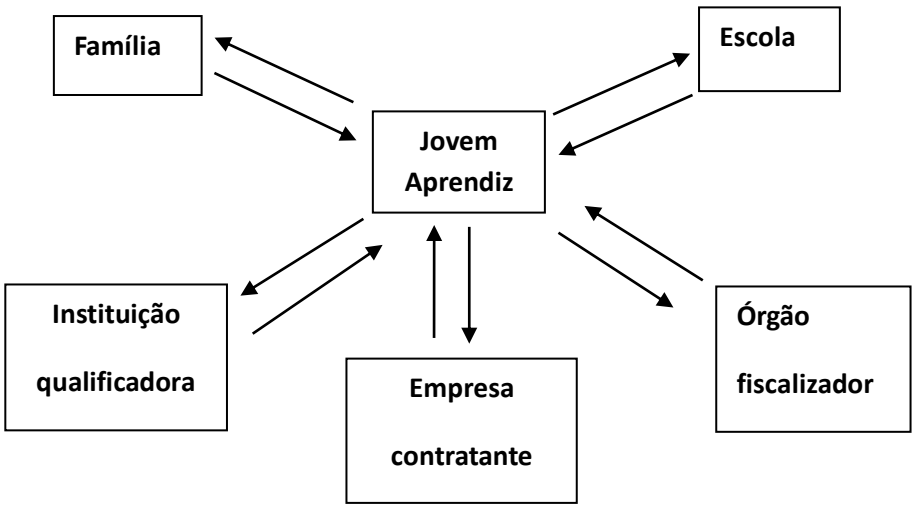
Tabela 6 - A família

FAMÌLIA (Responsável)	**Deve fornecer dados**	**Pode receber/ ou ter acesso de informações como**
- Comunicação direta com instituições parceiras Fazer Solicitações	- Justificativas por faltas	- Consulta de notas, faltas e frequência - Rendimento e comportamento laboral - Informações sobre a legislação trabalhista - Ocorrências dos alunos - Diário de bordo

5.4 A Integração dos Agentes no Projeto Jovem Aprendiz - Desenho do Modelo Conceitual dos Recursos Digitais

Atualmente o projeto acontece com base na multiculturalidade. Veja esquema abaixo:

Figura 4- Esquema com base na multiculturalidade



Fonte: do Autor

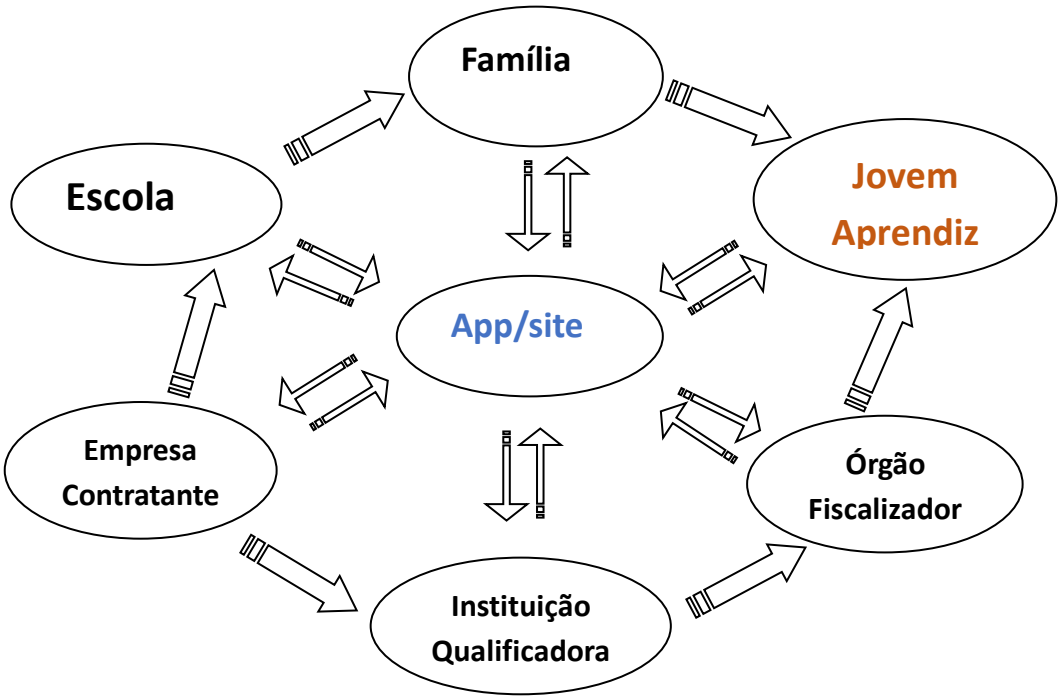
O aplicativo e o site são tecnologias digitais e podem criar os enlaces necessários entre empresa, agentes sociais e o jovem aprendiz. Estes vínculos interativos e integradores entre a empresa, agentes e o jovem aprendiz não são cobertos por mídias sociais (facebook, LinkedIn, twitter, Instagram etc.)**,** pois estas tecnologias não possuem esta função.

O jovem aprendiz faz parte de uma geração familiarizada com tecnologias e segundo Fialho “pode-se dizer que essa geração dinâmica e inovadora convive o tempo todo com a tecnologia executando diversas tarefas ao mesmo tempo, essa geração é crítica, versátil e flexível”. (FIALHO, CAMPOS, VIEIRA, 2017)

Esses pontos corroboram com os dados obtidos na pesquisa preliminar. Esses jovens são multifacetados no que tange às redes sociais, internet e demais tecnologias. Eles são nativos digitais, são consumidores da comunicação via web e sabem da eficiência e importância da tecnologia no dia a dia.

O presente trabalho observa que com a utilização das tecnologias digitais, a interculturalidade ocorrerá fazendo com que os agentes sociais se integrem e interajam entre si em prol do Jovem Aprendiz. Veja o esquema na figura 5.

Figura 5 – Esquema com base na interculturalidade



Fonte: do Autor

Hoje, o projeto tem um índice alto de evasão no estado do Rio de Janeiro e vários fatores podem estar colaborando para o crescimento da evasão. A etapa preliminar de campo mostrou que a evasão se funda na falta de integração entre os agentes do projeto. A pesquisa sobre os reais motivos da evasão nos trouxe dados com informações preciosas.

Para atender melhor a necessidade do projeto e sanar algumas possíveis fissuras existentes, foi idealizado um aplicativo e um site de simples instalação e de uso fácil para que nenhum dos envolvidos deixe de utilizá-lo. Foi pensado nas necessidades específicas de cada instituição e dos agentes do projeto para que haja aderência e boa aceitação de todos que participam ativamente no projeto.

É preciso que se faça um acompanhamento eficaz no andamento do projeto e, com a utilização desse aplicativo e desse site haverá possibilidades de integração entre os agentes e as instituições. Na instituição qualificadora, a ferramenta será útil para agilizar o processo de cadastro educacional necessário para a matrícula dos jovens e terá as informações de quantos jovens estão fazendo parte do projeto,

contemplando itens como: frequências, os relatos da vivência de cada jovem dentro e fora da instituição qualificadora como da empregadora.-

Na empresa empregadora, o App e/ou site servirá para organizar dados concernentes a contratação, assiduidade no curso, desempenho, alcance de competências e comportamento, municiando os envolvidos com informações verídicas. O Ministério do Trabalho que por sua vez, contribuirá com a fiscalização das cotas (5% a 15%) economizará tempo e será mais eficaz no cumprimento da legislação. O órgão fiscalizador do programa também será provido de informações pertinentes à empresa, ao jovem e à instituição qualificadora, auxiliando no bom andamento e sucesso do projeto.

Para tornar-se atrativo aos jovens, esse App e/ou site terá uma função de “Diário de Bordo” para o jovem expor sua vivência na empresa e na instituição qualificadora relatando pontos que julgar pertinentes ao projeto, tirar dúvidas trabalhistas junto ao órgão fiscalizador e ter dicas sobre ética trabalhista, postura no ambiente de trabalho, entre outras.

Essa ferramenta tem um layout moderno para conquistar os usuários e facilitar a aderência de uso. Ele gera um banco de dados para poder armazenar de forma segura os dados dos clientes (aprendizes, empresa empregadora). O sistema feito pelo Núcleo de Computação Aplicada da UniCarioca - NUCAP pode ser usado por outros sistemas, como por exemplo, das instituições qualificadora e empregadora. O sistema é expansível para que suas informações sejam compartilhadas entre seus aplicativos e web site, podendo futuramente ser compartilhadas por terceiros como as instituições qualificadoras e empregadoras. O App será apresentado ao jovem pela empresa e reapresentado pela instituição qualificadora com o objetivo de cadastrar os jovens ao programa. Para esse produto, não visamos habilidades educacionais, porém na estrutura da ferramenta ele terá ligação com a empresa, a instituição qualificadora, o órgão fiscalizador e ao jovem e sua família.

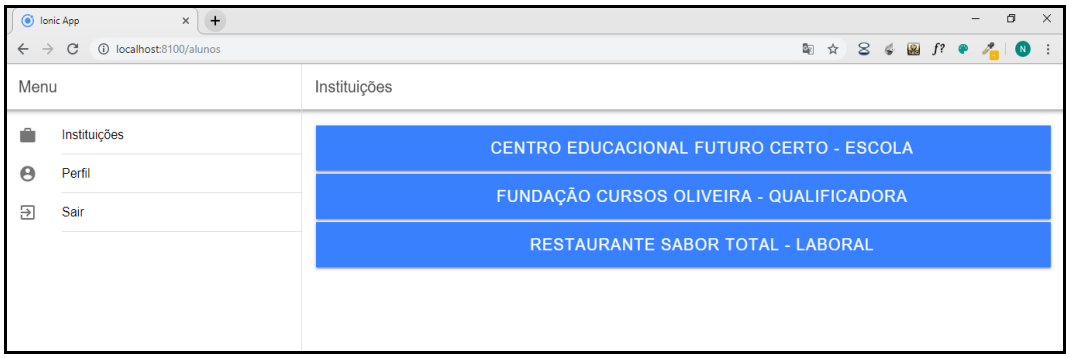
Os dispositivos para usar o produto serão celulares, tablets e PCs. Ele deverá coletar dados apresentados pelas partes para que possam ser analisados e facilitar a realização de pesquisas que nos leve a informações sólidas sobre quem é este jovem e como esse projeto tem caminhado.

Observe no próximo item o protótipo, parte lógica do aplicativo e da web site que foi idealizado pela autora do projeto apresentando a estrutura ideal para o

aplicativo e o web site a serem implementados no Projeto Jovem Aprendiz com o objetivo de obter interculturalidade entre as partes envolvidas.

5.5 Projeto e Programação das Telas, Teste da Tecnologia e Disseminação da Metodologia no E-Book.

Figura 6 – Tela de cadastro das instituições



Fonte: Projeto de tela de Aline Oliveira; programação do NUCAP - UNICARIOCA

A tela principal conterá links de todos os envolvidos no processo. Como por exemplo: Jovem Aprendiz, Escola, instituição qualificadora (gestora das informações), instituição empregadora etc. O acesso deverá realizado mediante senha pessoal, que poderá ser o CPF (Cadastro de Pessoa Física). Após selecionar o link serão exibidos dados de acordo com as atribuições de cada agente.

O protótipo aqui apresentado consiste em integrar um aprendiz (ou estagiário) com suas respectivas instituições de ensino, de trabalho e qualificadora, que no projeto será a guardiã do contrato e gestora das informações. Tendo como maior finalidade facilitar a comunicação, cada uma das instituições, ao mesmo tempo que gerencia suas informações, cria conhecimento sobre o todo do projeto jovem aprendiz.

Figura 07 - Tela da instituição qualificadora



Fonte: Projeto de tela de Aline Oliveira; programação do NUCAP – UNICARIOCA

Esta é a tela da instituição qualificadora com o cadastro do jovem, a tela apresenta o perfil dele. No cadastro do jovem poderá conter além dos seus dados pessoais e dados dos seus responsáveis legais, e-mail, endereço, o ano, turno e série que cursa e informações da escola, e-mail da coordenação por exemplo.

Neste protótipo, a ideia é denotar a liderança da empresa qualificadora, que pode ser acionada por e-mail pelo Jovem aprendiz, pela instituição empregadora, para reportar qualquer problema com o jovem aprendiz. Por outro lado, na empresa qualificadora haverá também dados da escola onde o jovem estuda e ao final do período, a empresa qualificadora enviará por e-mail informações quanto a participação deste jovem no processo de sua formação mais geral no mundo do trabalho, recebendo também informações da escola, mantendo desta forma uma unidade na formação deste jovem.

A instituição qualificadora terá a qualquer momento formas de se comunicar com a família do jovem aprendiz, pois há no cadastramento de cada jovem informações do responsável ou de alguém de sua família.

Figura 08 – Tela da instituição empregadora



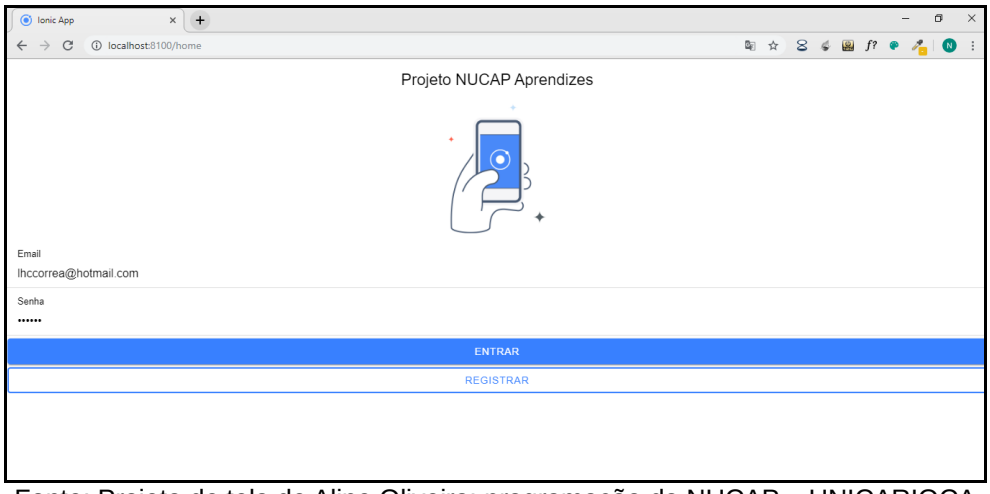
Fonte: Projeto de tela de Aline Oliveira; programação do NUCAP - UNICARIOCA

A instituição empregadora poderá se comunicar com a instituição qualificadora e reportar questões relacionadas ao trabalho como as ausências, por exemplo.

Tudo ainda é muito inicial neste modelo, mas queremos mostrar que a tecnologia digital, de uma forma simples, pode integrar as instituições envolvidas no processo de formação geral do jovem aprendiz. Inclusive, a empresa fiscalizadora terá um link com a empresa qualificadora, que é a gestora das informações do jovem e o fiscal do Ministério do Trabalho poderá receber relatórios que são normalmente emitidos e que lhe podem ser encaminhados via email. Na tela da empresa qualificadora haverá o nome do fiscal, onde ele está lotado e seu e-mail.

O que se quer mostrar nesta proposta de protótipo é que de uma forma simples e usando poucos recursos se pode integrar os agentes e aumentar o conhecimento disponível sobre o Projeto Jovem Aprendiz, implementando progressivamente o fluxo de informações descrito em 5.4, e mostrando que é plenamente possível usar as tecnologias digitais para agregar informações a favor de um aprendizado que integra educação e trabalho.

Figura 9 – Tela do Jovem Aprendiz



Fonte: Projeto de tela de Aline Oliveira; programação do NUCAP – UNICARIOCA

Também a idéia neste protótipo é que o jovem tenha um diário de bordo, de forma a poder reportar por e-mail à instituição qualificadora qualquer problema que esteja enfrentando. E toda e qualquer comunicação dele com os outros

agentes será por meio da empresa empregadora, que será no sistema a gestora das informações e guardiã salvaguarda de seu contrato de jovem aprendiz.

Para que haja uma disseminação mais ampla deste projeto e troca de conhecimento entre pesquisadores, foi desenvolvido um E-book, ressaltando a metodologia usada neste projeto, evidenciando a solução metodológica para tratamento dos fatores de evasão.

6 CONCLUSÃO

Ao finalizar o projeto foi importante fazer um “Da Capo”[2] para reiterar a problemática aqui abordada da evasão do jovem aprendiz.

Durante o trabalho na empresa formadora ao longo do acompanhamento desses jovens no projeto foi possível perceber que alguns jovens se evadiam e as causas da evasão certamente estavam ali, diante de nós, contingenciados à prática profissional desenvolvida no projeto. Desta forma, este projeto surgiu como um estudo de caso e buscou-se um aprofundamento teórico sobre a evasão.

Conversar com estes jovens para perceber o fio da meada foi fundamental e trouxe uma amostra clara sobre a situação no momento. Reuniu-se jovens que estavam contingenciados (limitados) a essa prática profissional do processo da empresa formadora.

É importante registrar que as nossas análises dos dados coletados nos conduziram a uma percepção de que o problema da evasão estava nos recursos financeiros dos jovens; nos problemas que em sua maioria ocorrem nos postos de trabalho e na fragilidade das relações familiares. Nenhum deles citou a escola como um problema na evasão.

Com essa análise nos foi possível também entendermos o perfil do jovem que faz parte do projeto e sua família, pois como foi utilizada a pesquisa qualitativa nos facultou debruçar as minucias apresentadas pelos dados obtidos.

Nos foi evidenciado com os resultados da pesquisa que o perfil do jovem que faz parte desse projeto em sua maioria são jovens do sexo masculino, pois as empresas alegam que os “meninos” não engravidam e não trazem gastos extras às empresas.

Jovens com idade entre 18 a 21 anos que estudaram em escolas públicas, que evadiram do ensino superior, moradores da zona norte e em sua casa residem mais duas pessoas. Seus pais têm o ensino médio completo. Conheceram o projeto pelos amigos e pela internet, pois são nativos digitais como já vimos nesse estudo e decidiram participar do projeto para ter autonomia e uma vida melhor do que a dos seus pais. Jovens que pensam em futuro por meio do ensino e do trabalho. Esse é o jovem que procura o projeto. Apostando em crescimento, cultura e um futuro promissor por meio da educação.

---

[2] Esta expressão da capo é uma locução italiana que significa "desde o princípio". https://dicionario.priberam.org

A maior parte dos jovens relaciona a desistência do programa em pontos a serem resolvidos dentro da instituição empregadora e fora dela como residirem muito distante do local de trabalho. Assim, fez-se o aprofundamento teórico da evasão do jovem aprendiz por meio de uma pesquisa qualitativa com os jovens, chegou-se a uma alternativa de solução. As perguntas, e as análises dos dados, as revisões bibliográficas, o conhecimento tácito da autora impulsionou para uma possível solução de integração por meio de uma tecnologia digital entre os agentes envolvidos no processo de formação do jovem aprendiz.

Percebeu-se a necessidade de fortalecer a confiança dos jovens nos agentes sociais que participam do Programa Jovem Aprendiz, de estimular a participação da família, de ativar o conhecimento entre as partes envolvidas no processo, o entendimento sobre a interculturalidade e a integração de todos no projeto. Por esse motivo, o desenho da pesquisa apontou para uma hipótese ou crença norteadora de lidar com a evasão dos jovens a partir de uma tecnologia digital, que aqui foi apresentada como um protótipo. Este modelo lógico da tecnologia digital aqui desenhada nada mais é que um Plano de Contingência para evitar a evasão, num grande projeto de formação do jovem aprendiz.

Mas quer-se, ao finalizar este projeto de evasão do jovem aprendiz, afirmar que o protótipo para uma tecnologia digital como uma possível solução para os fatores de evasão está em desenvolvimento e depois de pronto o sistema, ficará depositada na Plataforma Proximal. Na verdade, ao invés de só evitar a evasão, a tecnologia poderá teoricamente integrar as informações e os agentes envolvidos com o jovem aprendiz, trazendo provavelmente soluções inovadoras ao projeto, que vão além de tratar a evasão do jovem aprendiz. Para que a tecnologia possa dar este salto de transferência de informação, fez-se um E-book com o desenho da pesquisa e as fases da Metodologia para a construção desta tecnologia.

Finalmente, é importante ressaltar que a tecnologia digital aqui apresentada como um protótipo nesta dissertação representou a crença norteadora, a hipótese que nos guiou, a solução provisória que trouxemos para tratar dos problemas de evasão do Projeto Jovem Aprendiz.

A Ciência em ação exige o letramento científico e como contribuição à Ciência o E-Book disponibilizado na Plataforma Proximal tem o objetivo de socializar informação e conhecimento metodológico e inspirar outros professores e pesquisadores, em aplicações na área das novas tecnologias digitais em educação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fabricia Rodrigues. A inserção laboral do adolescente: alguns olhares sobre trabalho e identidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 15., 2009, Maceió. **Anais eletrônicos do XV encontro nacional da ABRAPSO**. Maceió: ABRAPSO, 2009. Mesa-redonda. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/106.%20a%20inser%C7%C3o%20laboral%20do%20adolescente%20-%20alguns%20olhares%20sobre%20trabalho%20e%20identidade.pdf > Acesso em: 12 dez. 2018.

ARROYO, Miguel Gonzales. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio Soares; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (Orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, n. 2, p. 355-374, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/ scielo.php?script=sc i_abstract&pid=S1414-40772011000200007&lng=en&nrm= iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. Tradução: Denise Barbara Catani. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l], n. 5, p. 76-95, 1997. Disponível em: <https://www.academia.edu/19526423/Bajoit_Franssen_O_ trabalho_busca_de_sentido_1997>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BARBOSA, Lívia, VELOSO, Letícia. Gerência intercultural: diferença e mediação nas empresas transnacionais. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais da PUCRS, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/ civitas/article/view/2037/1538> Acesso em: 22 nov. 2018.

BOECHAT, Ieda Tinoco; CABRAL, Heldeliza, Lacerda; SOUZA, Carlos Henrique. Relacionamentos Virtuais e Família: Enlaces Interculturais. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 15, n. 35, p. 141-164, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/2281>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018. Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento das normas relativas à aprendizagem profissional. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/ legislacao/Instrucao-normativa-sit-146-2018.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática crítica intercultural:** aproximações. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº Resolução nº 510, de 2016. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Ministério da Saúde, Brasília, DF. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Anual. Indicadores Sociais. v. 1. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/128/criadolec_1987_v1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DA CAPO. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/da+capo>. Acesso em: 06 maio 2019.

FERNANDES, Elisângela. **David Ausubel e a aprendizagem significativa**. [S.l]: Portal Associação Nova Escola, 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-a-aprendizagem-significativa>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; CAMPOS, Josiane Vieira; VIEIRA, Milton Luiz Hirn. Estudos Teóricos Para Criação de um Aplicativo Educativo Para Uso em Escolas Públicas. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 33 - 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/11598>. Acesso em: 05 jan. 2019.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; CAMPOS, Josiane Vieira; VIEIRA, Milton Luiz Hirn. Estudos teóricos para criação de um aplicativo educativo para uso em escolas públicas. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 33-50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/11598/8174>. Acesso em 10 jan. 2019.

FILHO, Paulo de Sá; CARVALHO, Marco Antônio de. Estado da Arte: causas da evasão escolar em cursos de educação profissional a distância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, 2018, São Carlos-SP: UFSCAR, 2018. Disponível em: <http:/cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/download/27/643/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural**: mediações necessárias. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GURGEL, Maria Pereira, Yara. Discriminação nas relações de trabalho por motivo de gênero. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, v. 3, n. 1, 2013. Paginação irregular. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/4333>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ILLERIS, Knud. **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

LEITE, Simone Batista. A evasão escolar em um curso profissionalizante do Programa Jovem Aprendiz. In: EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11., 2016, Curitiba. **Anais do EVINCI**. Curitiba: UNIBRASIL, 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/1680/1404>. Acesso em: 03 jan. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Marcklene Silava et al. Formação de professor: uma experiência de docência na EJA. In Congresso Nacional de Educação, 4., 2017, **Anais eletrônicos do IX CONEDU.** Campina Grande: CONEDU, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA12_ID9298_16102017214735.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LOPES, Priscila Romero. **Cultura na palma da mão**: potencialidades do aplicativo "Minha Espanha" para aprender sobre a cultura espanhola. São José do Rio Preto: UNESP, 2018. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154962>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LOSSO, Claudia Regina Castellano. **Interculturalidade em rede**: uma experiência de intercâmbio cultural entre estudantes latino-americanos e europeus mediada por ambiente virtual de aprendizagem. Florianópolis, 2013. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://tede.udesc.br/bitstream/tede/2457/1/claudia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual da aprendizagem**: O que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br/images/Documentos/Aprendizagem/Manual_da_Aprendizagem2017.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.

MORAN, José. **Novos desafios para o educador**. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_inovadora/desafios.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MOURA, Claudia; FERRARI, Maria Aparecida. (Orgs). **Comunicação, interculturalidade e organizações**: faces e dimensões da contemporaneidade. Porto alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/isbn_aguardando.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

NERI, Marcelo**. O paradoxo da evasão escolar sob a ótica das percepções e motivações dos sem escola**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Texto_Motivacoes_Estudantis_Neri-livro_fim3.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.

OLIVEIRA, Elida. **Quase 4 em cada 10 jovens de 19 anos não concluíram o ensino médio, aponta levantamento**. [S.l]: Portal G1, 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/18/quase-4-em-cada-10-jovens-de-19-anos-nao-concluiram-o-ensino-medio-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PERFIL do jovem aprendiz: Pesquisa eletrônica. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1RvmrbfAwzE4cP9KEPyVWlm6RX8xDDrDIh1ekhA768mM/edit#responses>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Projeto pedagógico de curso**: aprendizagem profissional comercial em serviços de lanchonete. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <www.rj.senac.br/wp-content/uploads/2018/09/PPC_Aprend_Prof_ComServ_Lanchonete_11591_23.07.18.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SIGNIFICADOS. O que é geração Y. Disponível em: <https://www.significados.com.br/geracao-y/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. n. 36. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. n. 39. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SOUZA, Anna Carolina de. **Jovem aprendiz**: uma análise da política pública e suas consequências no desenvolvimento dos jovens. Florianópolis: UFSC, 2016. Originalmente apresentada como monografia de graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/173329/Monografia%20da%20Anna%20Carolina.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev. 2019.

VASCONCELOS, Luciana Machado de. **Interculturalidade**. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/INTERCULTURALIDADE.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

ANEXO A - Norma CONEP - Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e Considerando que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural; Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante; Considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes; Considerando que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teóricometodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico; Considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas; Considerando os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948; Considerando a existência do sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; Considerando que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades; Considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; e Considerando a importância de se construir um marco normativo claro,

preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, resolve:

Art. 1o Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização. § 1o Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP; § 2o Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa,

dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Capítulo I DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 2o Para os fins desta Resolução, adotam-se os seguintes termos e definições:

I - assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa – criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável;

II - assistência ao participante da pesquisa: é aquela prestada para atender danos imateriais decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa;

III – benefícios: contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

IV – confidencialidade: é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada;

V - consentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos;

VI – informações de acesso público: dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados;

VII - dano material: lesão que atinge o patrimônio do participante da pesquisa em virtude das características ou dos resultados do processo de pesquisa, impondo uma despesa pecuniária ou diminuindo suas receitas auferidas ou que poderiam ser auferidas;

VIII - dano imaterial: lesão em direito ou bem da personalidade, tais como integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem, e privacidade, ilicitamente produzida ao participante da pesquisa por características ou resultados do processo de pesquisa;

IX - discriminação: caracterização ou tratamento social de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação da dignidade humana, dos direitos humanos e sociais e das liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

X - esclarecimento: processo de apresentação clara e acessível da natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, concebido na medida da compreensão do participante, a partir de suas características individuais, sociais, econômicas e culturais, e em razão das abordagens metodológicas aplicadas. Todos esses elementos determinam se o esclarecimento dar-se-á por documento escrito, por imagem ou de forma oral, registrada ou sem registro;

XI - estigmatização: atribuição de conteúdo negativo a uma ou mais características (estigma) de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

XII - etapas preliminares de uma pesquisa: são assim consideradas as atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com “estudos exploratórios” ou com “pesquisas piloto”, que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros;

XIII - participante da pesquisa: indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento, nas formas descritas nesta resolução;

XIV – pesquisa de opinião pública: consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante;

XV - pesquisa encoberta: pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente;

XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção;

XVII - pesquisador responsável: pessoa com no mínimo título de tecnólogo, bacharel ou licenciatura, responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem estar dos participantes no processo de pesquisa. No caso de discentes de graduação que realizam pesquisas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa será registrada no CEP, sob-responsabilidade do respectivo orientador do TCC;

XVIII - preconceito: valor negativo atribuído a uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação dos direitos civis e políticos e econômicos, sociais e culturais;

XIX - privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa;

XX - processo de consentimento e de assentimento: processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, não sendo o registro de sua obtenção necessariamente escrito;

XXI - protocolo de pesquisa: conjunto de documentos contemplando a folha de rosto e o projeto de pesquisa com a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais e as informações relativas ao participante da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis. Aplica-se o disposto na norma operacional do CNS em vigor ou outra que venha a substituí-la, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução;

XXII - registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas;

XXIII - relatório final: é aquele apresentado no encerramento da pesquisa, contendo todos os seus resultados;

XXIV – ressarcimento: compensação material dos gastos decorrentes da participação na pesquisa, ou seja, despesas do participante e seus acompanhantes, tais como transporte e alimentação;

XXV – risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente; e

XXVI - vulnerabilidade: situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Art. 3o São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

I -reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;

II -defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;

III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;

V – recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;

VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e

X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Capítulo III DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO E DO ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Art. 4o O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

Art. 5o O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas.

§ 1o O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa.

§ 2o No processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido, o participante deverá ter a oportunidade de esclarecer suas

dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma.

Art. 6o O pesquisador deverá buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa.

Art. 7o O pesquisador deverá assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura.

Art. 8o As informações sobre a pesquisa devem ser transmitidas de forma acessível e transparente para que o convidado a participar de uma

pesquisa, ou seu representante legal, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Art. 9o São direitos dos participantes:

I - ser informado sobre a pesquisa;

II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;

III - ter sua privacidade respeitada;

IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;

V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;

VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e

VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Seção I - Da obtenção do Consentimento e do Assentimento

Art. 10. O pesquisador deve esclarecer o potencial participante, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios.

Art. 11. O consentimento do participante da pesquisa deverá ser particularmente garantido àquele que, embora plenamente capaz, esteja exposto a condicionamentos específicos, ou sujeito a relação de autoridade ou de dependência, caracterizando situações passíveis de limitação da autonomia.

Art. 12. Deverá haver justificativa da escolha de crianças, de adolescentes e de pessoas em situação de diminuição de sua capacidade de decisão no protocolo a ser aprovado pelo sistema CEP/CONEP. Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deverão ser obtidos o assentimento do participante e o consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais do participante da pesquisa, preservado o direito à informação e à autonomia do participante, de acordo com a sua capacidade.

Art. 13. Em comunidades cuja cultura reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, como é o caso de algumas comunidades tradicionais, indígenas ou religiosas, por exemplo, a obtenção da autorização

para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.

Art. 14. Quando for inviável a realização do processo de Consentimento Livre e Esclarecido, a dispensa desse processo deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP para apreciação.

Seção II - Do Registro do Consentimento e do Assentimento

Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa. § 1º Quando não houver registro de consentimento e do assentimento, o pesquisador deverá entregar documento ao

participante que contemple as informações previstas para o consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa. § 2º A obtenção de consentimento pode ser comprovada também por meio de testemunha que não componha a equipe de pesquisa e que acompanhou a manifestação do consentimento.

Art. 16. O pesquisador deverá justificar o meio de registro mais adequado, considerando, para isso, o grau de risco envolvido, as características do processo da pesquisa e do participante.

§ 1º Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa deve ser justificada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP.

§ 2º A dispensa do registro de consentimento ou de assentimento não isenta o pesquisador do processo de consentimento ou de assentimento, salvo nos casos previstos nesta Resolução.

§ 3º A dispensa do Registro do Consentimento deverá ser avaliada e aprovada pelo sistema CEP/CONEP. Art. 17. O Registro de Consentimento

Livre e Esclarecido, em seus diferentes formatos, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa;

II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;

III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;

IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa;

V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa;

IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

§ 1o Nos casos em que algum dos itens não for contemplado na modalidade de registro escolhida, tal informação deverá ser entregue ao participante em documento complementar, de maneira a garantir que todos os itens supracitados sejam informados aos participantes.

§ 2o Nos casos em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido não for registrado por escrito, o participante poderá ter acesso ao registro do consentimento ou do assentimento sempre que solicitado.

§ 3o Nos casos em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido for registrado por escrito uma via, assinada pelo participante e pelo pesquisador responsável, deve ser entregue ao participante.

§ 4o O assentimento do participante da pesquisa deverá constar do registro do consentimento.

Capítulo IV - DOS RISCOS

Art. 18. Nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas.

Art. 19. O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos.

§ 1o Quando o pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP.

§ 2o O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.

Art. 20. O pesquisador deverá adotar todas as medidas cabíveis para proteger o participante quando criança, adolescente, ou qualquer pessoa cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da autonomia, reconhecendo sua situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa.

Art. 21. O risco previsto no protocolo será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto, conforme definição de Resolução específica sobre tipificação e gradação de risco e sobre tramitação dos protocolos.

§ 1o A tramitação dos protocolos será diferenciada de acordo com a gradação de risco.

§ 2o A gradação do risco deve distinguir diferentes níveis de precaução e proteção em relação ao participante da pesquisa.

Capítulo V - DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE ÉTICA NO SISTEMA CEP/CONEP

Art. 22. O protocolo a ser submetido à avaliação ética somente será apreciado se for apresentada toda a documentação solicitada pelo sistema CEP/CONEP, tal como descrita, a esse respeito, na norma operacional do CNS em vigor, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução, considerando a natureza e as especificidades de cada pesquisa.

Art. 23. Os projetos de pesquisa serão inscritos na Plataforma Brasil, para sua avaliação ética, da forma prevista nesta Resolução e na Resolução específica de gradação, tipificação de risco e tramitação dos protocolos.

Art. 24. Todas as etapas preliminares necessárias para que o pesquisador elabore seu projeto não são alvo de avaliação do sistema CEP/CONEP.

Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

§1o . A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si.

§ 2o . A avaliação a ser realizada pelo Sistema CEP/CONEP incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos

participantes. Art. 26. A análise ética dos projetos de pesquisa de que trata esta Resolução só poderá ocorrer nos Comitês de Ética em Pesquisa que comportarem representação equânime de membros das Ciências Humanas e Sociais, devendo os relatores serem escolhidos dentre os membros qualificados nessa área de conhecimento.

Art. 27. A pesquisa realizada por alunos de graduação e de pós-graduação, que seja parte de projeto do orientador já aprovado pelo sistema CEP/Conep, pode ser apresentada como emenda ao projeto aprovado, desde que não contenha modificação essencial nos objetivos e na metodologia do projeto original.

Capítulo VI = DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Art. 28. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Capítulo VII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. Será instituída instância, no âmbito da CONEP, para implementação, acompanhamento, proposição de atualização desta Resolução e do formulário próprio para inscrição dos protocolos relativos a projetos das Ciências Humanas e Sociais na Plataforma Brasil, bem como para a proposição de projetos de formação e capacitação na área.

Parágrafo único. A instância prevista no caput será composta por membros titulares das Ciências Humanas e Sociais integrantes da CONEP,

representantes das associações científicas nacionais de Ciências Humanas e Sociais, membros dos CEP de Ciências Humanas e Sociais e de usuários.

Art. 30. Deverá ser estimulado o ingresso de pesquisadores e demais profissionais atuantes nas Ciências Humanas e Sociais nos colegiados dos CEP existentes, assim como a criação de novos CEP, mantendo-se a interdisciplinaridade em sua composição.

Art. 31. Os aspectos relacionados às modificações necessárias na Plataforma Brasil entrarão em vigor quando da atualização do sistema.

Capítulo VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Aplica-se o disposto nos itens VII, VIII, IX e X, da Resolução CNS no 466, de 12, de dezembro de 2012, no que couber e quando não houver prejuízo ao disposto nesta Resolução. Parágrafo único. Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução CNS no 466 de 2012.

Art. 33. A composição da CONEP respeitará a equidade dos membros titulares e suplentes indicados pelos CEP entre a área de Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas que a compõem, garantindo a representação equilibrada das diferentes áreas na elaboração de normas e no gerenciamento do Sistema CEP/CONEP.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Homologo a Resolução CNS no 510, de 07 de abril de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

MARCELO CASTRO Ministro de Estado da Saúde

Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 - seção 1, páginas 44, 45, 46